



PREFEITURA DE PORTO VELHO
EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO – EMDUR
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Proc. 02.41.00156/2021

Fls _____

Visto _____

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/EMDUR/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO 02.41.00156/2021
PREGÃO ELETRÔNICO NO MODO DE
DISPUTA ABERTO PARA REGISTRO DE
PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE
EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS
PROFISSIONAIS DE MEDICINA E
SEGURANÇA DO TRABALHO PARA
ATENDER AS DEMANDAS DA EMPRESA
DE DESENVOLVIMENTO URBANO-
EMDUR

A **EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE PORTO VELHO - EMDUR** CNPJ/MF nº 04.763.223/0001-61, através de Agente de Licitação designado pela EMDUR, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, PORTARIA Nº 109/2018/GAB/EMDUR de 03 de setembro de 2018 (Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios) do Código Civil Brasileiro, Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Federal nº. 10.024/2019, Decreto Municipal nº. 15.402/2018, com a aplicação subsidiária da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e, naquilo que não conflitar com os diplomas legais anteriormente referenciados, realizará o **PREGÃO ELETRÔNICO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, no modo **ABERTO**, no critério de julgamento **MENOR PREÇO** e no regime de execução **CONTRATAÇÃO POR PREÇO GLOBAL**. O Procedimento Licitatório será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor (Agente de Licitação) designado pela EMDUR, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema "LICITANET", constante da página eletrônica www.licitanet.com.br
Sistema de Registro de Preços – SRP – Conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras.

Ata de Registro de Preços – ARP – Documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

1. DO OBJETO E SESSAO DE DISPUTA DE PREÇOS

O objeto desta licitação consiste em **REGISTRAR PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO-EMDUR**

1.1. em atendimento as demandas da Empresa de Desenvolvimento Urbano –



EMDUR, nos termos da lei Federal nº 13.303/2016, bem como pelos preceitos de direito público e privado e, concomitante com princípios na teoria geral dos contratos.

1.2. ABERTURA DAS PROPOSTAS 08/12/2021 às 10h00min;

1.3. INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08/12/2021 às 10h00min.

1.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília.

1.5. ENDEREÇO DA EMPRESA PROMOTORA DA LICITAÇÃO: EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE PORTO VELHO – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – Avenida Brasília nº. 1576, Bairro Santa Bárbara – Porto Velho - RO – CEP 76.804-206 – <http://www.emdurportovelho.com.br/> (link “Licitações”).

1.6. ENDEREÇO ELETRÔNICO DA SESSÃO DE DISPUTA: Sistema eletrônico no portal www.licitanet.com.br

2 DO CREDENCIAMENTO

2.1. Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>;

2.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;

2.4. O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;

2.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

3.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

3.2. Será assegurado às **Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte**



- (EPP) as disposições dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 3.3. A EPP ou ME, devidamente comprovada, sendo arrematante do certame, deverá apresentar toda a documentação de regularidade fiscal na forma do **item 9.2** do Edital, mesmo que contenha restrição.
- a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da EMDUR, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
- b) A não-regularização da documentação, no prazo de 05 (cinco) dias previsto no artigo 43, § 1º, da LC 123/06, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **ITEM 17** do Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 3.4. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as ME e EPP nos termos do artigo 44 e 45 da LC 123/06.
- a) Entende-se por empate a situação em que as propostas apresentadas pelas ME e EPP sejam iguais ou até **5% (cinco por cento)** superiores à proposta mais bem classificada.
- b) A ME ou EPP mais bem classificada poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta de preço inferior àquela registrada no sistema como arrematante do certame, situação em que passará a condição de arrematante.
- 3.5. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame;
- 3.6. Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO II (TERMO DE REFERÊNCIA)
- 3.7. Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do **ANEXO II(TERMO DE REFERÊNCIA)**;
- 3.8. **A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Leis Federais nº 10.520/02 e 13.303/2016;**
- 3.9. **Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO:** os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à



documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>.

3.10. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

a) O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

a.1 – Para todas as empresas

30 dias	90 dias	180 dias	365 dias
R\$ 128,60	R\$ 195,20	R\$ 267,20	R\$ 387,80

b) O referido pagamento/remuneração possui amparo legal no inciso III do art. 5º da Lei nº 10.520/02.

3.11. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

3.12. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo da Empresa de Desenvolvimento Urbano de Porto Velho, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

3.13. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

3.14. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>.

3.15. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

3.16. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva,



incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do Empresa de Desenvolvimento Urbano de Porto Velho, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

3.17. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

3.18. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, as empresas enquadradas nos casos a seguir:

3.18.1. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição; empresas que estiverem em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, Ressalva: É possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei em consonância como julgado: (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Câmara, Dou de 04/10/2011);

3.18.2. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.18.3. Empresa suspensa temporariamente do direito de licitar e impedida de contratar com a EMDUR;

3.18.4. Empresas que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão ou impedidas de licitar por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, na esfera Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, pelo órgão que a praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Para verificação das condições definidas nesta alínea, a Comissão do Pregão, promoverá a consulta eletrônica junto ao **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU ([Lei Federal nº 12.846/2013](#))**, **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)** e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

3.18.5. Empresas cujo dirigente, gerente, sócio ou responsável técnico seja servidor público da EMDUR.

3.18.6. Em qualquer situação elencada no **artigo 38 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.**

3.18.7. Em qualquer situação elencada no **artigo 3º da Portaria**



109/2018/GAB/EMDUR.

3.18.8. Empresas inseridas no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

3.18.9. Tenham em seu quadro empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme art. 7º inciso XXXIII da Constituição Federal.

3.19. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

3.19.1. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

3.19.2. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país;

3.19.3. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

3.19.4. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;

3.19.5. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

3.19.6. O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.19.7. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados;

3.19.8. Os itens com valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serão destinados exclusivamente para a participação de Microempreendedor (ME), Microempreendedor Individual (MEI) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), em



conformidade com Inciso I art. 48, da Lei Complementar nº 123/06, atualizado pela Lei Complementar nº 147/14; e

3.19.9. AMPLA CONCORRÊNCIA para a participação de todas as empresas, nos demais itens que excederem o valor mencionado no item anterior.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

4.1. Os licitantes **encaminharão**, nos termos do Decreto Federal nº. 10.024/2019, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no item **08 do edital**, proposta com a “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”, incluindo QUANTIDADE, PREÇO e a MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA), até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação;

4.2. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;

4.3. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do **ANEXO II (TERMO DE REFERÊNCIA)**, prevalecerão às últimas;

4.4. Na Proposta de Preços inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

4.5. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

4.6. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006;

4.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

4.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;



4.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;

4.10. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação;

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

6.1. No horário estabelecido neste Edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no **item 5 do edital**;

6.2. O pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente,



a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis;

6.3. As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo pregoeiro;

6.4. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://licitanet.com.br/>, conforme Edital;

6.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

6.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

6.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será de **R\$ 10,00 (DEZ)**.

6.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;

6.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública;

6.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

6.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente;

6.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;

6.13. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no



CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte;

6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

6.16. Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

6.17. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

6.18. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;

6.19. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

6.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas (24) vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br/>;

6.21. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

6.22. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

6.23. Nos casos específicos, em relação a itens NÃO exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, onde:

6.23.1. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira



colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006 e suas alterações;

6.23.2. Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances;

6.23.3. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

6.23.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

6.23.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

6.23.6. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

6.24. O disposto no item **6.23** somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

6.25. Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

6.25.1. Produzidos no País;

6.25.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

6.25.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.25.4. Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

6.25.5. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá



encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26, do Decreto 10.024/2019, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X do Decreto 10.024/2019;

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

7.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

7.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

7.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.6.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita



e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;

7.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

7.6.3. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

7.6.4. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade;

7.6.5. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;

7.6.6. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;

7.6.7. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

7.6.8. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso;

7.6.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

8.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante



será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de inabilitação;

8.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

8.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

8.4.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.4.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

8.5. OS LICITANTES DEVERÃO ENCAMINHAR, NOS TERMOS DESTES EDITAIS, A DOCUMENTAÇÃO RELACIONADA NOS ITENS A SEGUIR, PARA FINS DE HABILITAÇÃO:

8.5.1. Ato Constitutivo;

8.5.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no **Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

8.5.1.2. Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

8.5.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civas, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

8.5.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



8.5.1.5. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;

8.5.1.6. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.5.2. Prova de Inscrição no **CNPJ**.

8.5.3. Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;

8.5.4. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;

8.5.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

8.5.6. **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;

8.5.7. **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

8.5.8. **Certidão negativa de falência ou Concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

8.5.9. **DECLARAÇÕES:**

8.5.9.1. Declaração expressa de que a licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada por sócio, diretor



ou procurador que tenha poderes para tal investidura;

8.5.9.2. Declaração de enquadramento de microempresa, empresa de pequeno porte, se for o caso;

8.5.9.3. Declaração de Atendimento pleno a todos os requisitos de habilitação;

8.5.9.4. Declaração de Fatos Impeditivos Constantes no Regulamento de Licitação e Contratos da EMDUR;

8.5.10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.5.11. Para fins de aferimento de qualificação técnica, as empresas interessadas em participar do certame, deverão apresentar **atestado de capacidade técnica, (declaração ou certidão)**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento **pertinente e compatível** com o objeto da licitação.

8.5.11.1. **O(s) Atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito privado deverão, obrigatoriamente, estar em papel timbrado com identificação e endereço da emitente, o nome completo do signatário, bem como reconhecimento em cartório da assinatura aposta, visando possibilitar a aferição das informações, caso se necessário;**

8.5.12. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:

8.5.12.1. As licitantes terão que apresentar **Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras do último exercício social já exigível e apresentado na forma da Lei**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por Balancetes ou Balanços provisórios, tais documentos terão que obedecer aos requisitos formais de elaboração estabelecidos em lei e os indicados pela Ciência Contábil e deverão conter **a assinatura do administrador da firma e do contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.**

8.5.12.2. Caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, deverá apresentar, o **BALANÇO DE ABERTURA**, na forma da Lei, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial do Estado, devendo conter ainda, **a assinatura do administrador da firma e do contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.**

8.5.12.3. As empresas que integram a Escrituração Contábil Digital – ECD e o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverão apresentar: **Recibo de Entrega de Livro Digital; Termo de Abertura e Encerramento do Livro (arquivo digital)**



apresentado; Balanço Patrimonial e Demonstrações dos Resultados do Exercício extraídos do Livro Digital.

8.5.12.4. A Escrituração Contábil Digital – ECD, compreende a versão digital dos seguintes livros:

- I) livro diário e seus auxiliares, se houver;
- II) livro razão e seus auxiliares, se houver;
- III) livro Balancetes Diários;
- IV) Balanços e Fichas de lançamentos comprobatórios dos assentamentos neles transcritos;

8.5.12.5. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- I) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima)
 - publicados em Diário Oficial; ou
 - publicados em jornal de grande circulação;
 - registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou
 - por fotocópia autenticada ou registrada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- II) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA)
 - por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

8.5.12.6. Para comprovar a boa situação financeira, as Licitantes terão que apresentar junto com o Balanço atual e as Demonstrações Contábeis, análise devidamente assinada pelo Contabilista responsável, dos seguintes índices:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante



8.5.12.7. Somente serão habilitados os licitantes que extraírem e apresentarem o cálculo do **Índice de Liquidez Geral (LG)**, **Solvência Geral (SG)** e **Liquidez Corrente (LC)**, **com o resultado igual ou superior a ($= > 1$)**, calculados de acordo com a aplicação das fórmulas.

8.5.12.8. A Empresa Licitante que apresentar resultado **menor a 1 (um)**, em qualquer dos índices contidas na alínea anterior, deverá comprovar **Patrimônio Líquido** ou Capital Social Integralizado, mínimo de **5% (cinco por cento)** do montante da contratação.

- a) No caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os **VALORES ARREMATADOS**;
- b) Caso seja constada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social integralizado para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;
- c) As regras descritas nos itens “a” e “b” deverão ser observadas em caso ulterior classificação do licitante;

8.6. O objeto social descrito no ato constitutivo referente ao item (8.5.1) deverá possuir ramo de atividade compatível ao objeto licitado;

8.7. Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital;

8.8. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital;

8.9. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação;

8.10. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista no caso de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Equiparadas, fica concedido um prazo de 05 (Cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo Pregoeiro e equipe de apoio, nos termos da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014;

8.11. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.



Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização;

8.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma;

8.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital;

8.14. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis;

8.15. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o (s) item (ns) de menor (es) valor (es) cuja retirada (s) seja (m) suficiente (s) para a habilitação do licitante nos remanescentes;

8.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor;

8.17. As Certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão;

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas)** horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

9.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

9.1.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;



- 9.1.4.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como, validade da proposta, marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada;
- 9.1.5.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso);
- 9.1.6.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;
- 9.1.7.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;
- 9.1.8.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante;

10. DOS RECURSOS:

- 10.1.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **15 (quinze) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema;
- 10.2.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;
- 10.3.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito;
- 10.4.** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **três dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;
- 10.5.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



10.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

11.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

11.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

11.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”).

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados;

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP E DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

13.1. DA ASSINATURA DA ARP

13.1.1. A celebração da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP formalizar-se-á mediante a assinatura de instrumento particular de Registro de Preços.

13.1.1.1. A EMDUR é a unidade gerenciadora da presente Ata de Registro de Preços e admite que outros órgãos ou entidades integrantes da Administração Pública figurem como aderentes do certame e dos preços nele registrados.

13.1.1.2. **A utilização da ata nos termos do subitem anterior somente poderá ser efetivada em conformidade com o disposto no item II do Parecer Prévio 7/2014TCE/RO – PLENO.**

13.1.2. Após a publicação da homologação, a EMDUR convocará o adjudicatário da licitação para assinar o instrumento particular de Registro de Preços, no prazo de 05



(cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, sob pena de decair o seu direito à celebração, sem prejuízo das sanções previstas no **ITEM 17 do ANEXO II (Termo de Referência)**.

13.1.2.1. Quando o vencedor da licitação não assinar o instrumento particular de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, a EMDUR irá convocar os licitantes remanescente, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas demais condições propostas pelo primeiro classificado ou, na impossibilidade, revogar o certame.

13.1.3. A empresa convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura da Ata de Registro de Preços, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegada justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pela EMDUR.

13.1.4. A recusa injustificada do vencedor da licitação em assinar Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido no item **13.1.2**, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida e ensejará a aplicação de penalidades estabelecidas no **ITEM 17 do ANEXO II (Termo de Referência)**.

13.1.5. Quando da necessidade da EMDUR e após a assinatura da Ata de Registro de Preços, a EMDUR convocará o Detentor da ARP para assinar o Termo de Contrato, ou instrumento substitutivo equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, sob pena de decair o seu direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **ITEM 17 do ANEXO II (Termo de Referência)**.

13.1.6. A recusa injustificada por parte do Detentor da ARP em assinar o Termo de Contrato, ou instrumento substitutivo equivalente, a EMDUR cancelará o registro de preços vigente, sem prejuízo de outras sanções previstas no **ITEM 17 do ANEXO II (Termo de Referência)**.

13.2. DOS PRAZOS

13.2.1. O prazo de validade da ARP é de 12 (doze) meses

13.2.2. O Prazo de Vigência da ata de registro de preços será de **12 (doze)** meses contados a partir da data da assinatura da ata de registro de preço, expedido pela **EMDUR**.

13.3. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.3.1 Avenida Brasília, nº 1576, Santa Bárbara, CEP: 76.804-486, Porto Velho/RO.

13.4. DA ELABORAÇÃO E PRAZO PARA ENTREGA DOS SERVIÇOS

13.4.1. A elaboração e prazo para entrega dos serviços será conforme descrito no item



7 do Anexo II (Termo de Referência termo de referência).

13.5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.5.1. As condições de pagamento estão dispostas no **item 12 do Anexo II (TERMO DE REFERÊNCIA)**.

13.6. DISPOSIÇÕES GERAIS DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

13.6.1. A contratação formalizar-se-á, quando da necessidade da EMDUR, mediante a assinatura de instrumento particular da ata de registro de preços, ou instrumento substitutivo equivalente.

13.6.2. A existência de preços registrados não obriga a EMDUR a firmar instrumento particular de registro de preço que deles poderão advir, sendo facultada a realização de licitação específica, assegurada ao licitante registrado preferência em igualdade de condições.

13.6.3. A contratada deverá atender as exigências de ordem técnica e documental dispostas no **TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO II)** e na ata de registro de preços

13.6.4. **O objeto desta licitação não poderá ser transferido ou subcontratado, no todo ou em parte.**

14. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

14.1. O preço será fixado e irrevogável, salvo as condições previstas nas Leis Federais 13.303/2016 e Lei 10.520/2002, e suas alterações.

15. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

15.1. DA CONTRATADA:

Promover a entrega dos itens homologados a seu favor, de acordo com as Descrições e prazos determinados no Edital e seus anexos, independente ou não de sua Transcrição, além de todas as exigências contidas no **item 14.2 do Anexo II (TERMO DE REFERÊNCIA)**.

15.2. DA CONTRATANTE:

15.3. Efetuar os Pagamentos na forma e prazo estabelecidos

15.4. Proceder a conferência dos itens Homologados, de acordo com as exigências contidas no **item 14.1 do anexo II (TERMO DE REFERÊNCIA)**.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

16.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente **Registro de Preços**, serão aplicadas as penalidades previstas no **item 17 do Anexo II (Termo de Referência)**, observando ainda os artigos 82, 83 e 84 da Lei Federal nº.



13.303/2016, bem como as contidas no Capítulo IX do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMDUR.

16.2. As sanções administrativas, serão aplicadas, observando sempre a garantia da ampla defesa e o contraditório. A EMDUR reserva-se ao direito de modificar, anular ou revogar a licitação, no todo ou em parte, bem como por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. A EMDUR poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS

17.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital;

17.2. A impugnação deverá ser realizada **EXCLUSIVAMENTE** por forma eletrônica através do site www.licitanet.com.br. O pregoeiro poderá avaliar outras formas de apresentação de impugnação.

17.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação;

17.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame;

17.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, deverão ser realizados por forma eletrônica através do sistema www.licitanet.com.br;

17.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos;

17.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

17.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação;

17.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e



vincularão os participantes e a administração.

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. Os recursos financeiros para pagamento do objeto da presente licitação são provenientes de recursos próprios da EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE PORTO VELHO – EMDUR, contemplado no Orçamento do ano 2021.

18.2. O presente processo licitatório está constituído **por lote** e o preço máximo admitido para cada **lote** é sigiloso.

18.3. Os preços serão fixos e irrevogáveis durante os primeiros 12 (doze) meses contados da **data de apresentação da proposta desta licitação**. Após, seus preços poderão ser reajustados pelo INPC do IBGE, observando sempre o intervalo de 12 (doze) meses entre um reajuste e outro.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico;

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro;

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF;

19.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

19.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horários de expediente na Empresa de Desenvolvimento Urbano de Porto Velho;



- 19.8.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 19.9.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico, <http://www.emdurpvh.com.br> e www.licitanet.com.br e também poderão ser lidos ou obtidas cópias no setor de Licitações, situado na **Avenida Brasília nº. 1576, Bairro Santa Bárbara – Porto Velho - RO – CEP 76.804-206, nos dias úteis, no horário das 09:00 às 15:00 (horário de Brasília)**, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados;
- 19.10.** O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis;
- 19.11.** Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido;
- 19.12.** Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados;
- 19.13.** Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido;
- 19.14.** O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo.
- 19.15.** O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante;
- 19.16.** As decisões do Pregoeiro serão publicadas no site da Empresa de Desenvolvimento Urbano de Porto Velho, no endereço www.licitanet.com.br
- 19.17.** A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria;
- 19.18.** A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a Empresa de Desenvolvimento Urbano de Porto Velho revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la



por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes;

19.19. A Empresa de Desenvolvimento Urbano de Porto Velho poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

19.20. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Porto Velho estado de Rondônia;

19.21. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.21.1. ANEXO I – Modelo de Proposta de Preços;

19.21.2. ANEXO II – Termo de Referência;

19.21.3. ANEXO III - Declaração (disposto no inc. XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal);

19.21.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração de Condição de ME, EPP ou Equiparadas;

19.21.5. ANEXO V – Declaração Referente à Habilitação;

19.21.6. ANEXO VI – Declaração de Fatos Impeditivos constantes no Regulamento de Licitações e Contratos da EMDUR;

19.21.7. ANEXO VII – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Porto Velho, 23 de novembro de 2021.

MARCOS AURÉLIO FURUKAWA

Pregoeiro – EMDUR



PREFEITURA DE PORTO VELHO
EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO – EMDUR
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Proc. 02.41.00156/2021

Fls _____

Visto _____

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA

(OBSERVAÇÃO: É VEDADA, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO A IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE ANTES E DURANTE A FASE COMPETITIVA)

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA PROPOSTA DE PREÇOS					
Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____					
Endereço Completo com CEP:					
Razão Social da Empresa:					
Telefone:			Responsável (Nome e cargo):		
E-mail:			CNPJ:		
VALIDADE DA PROPOSTA: ___ DIAS (MÍNIMO 60 DIAS)			PRAZO PARA ENTREGA: ---DIAS (MÁXIMO 30 DIAS), contados do recebimento da Nota de Empenho.		
Local dos serviços: Os serviços deverão ser prestados no endereço constante no Termo de Referência, anexo II deste Edital;					
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO – EMDUR, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016.					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1					
Valor total do ITEM (Escrever por extenso).					

------(Local), ----- de ----- de 2021

Obs: Os produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações descritas no Anexo II deste Edital.

Declaramos que todos os impostos, taxas, inclusive frete, bem como quaisquer outras despesas estão inclusas na presente proposta.

Declaramos ainda que, o Banco, a Agência e a Conta-Corrente, informados nesta proposta, serão únicos e exclusivos para todos os recebimentos relativos ao cumprimento das Obrigações Contratuais. (Conforme exigência da Lei Municipal nº 2016 de 11 de junho de 2012).

CARIMBO DO CNPJ: ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA



ANEXO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO UNITÁRIA

OBSERVAÇÃO: É OBRIGATÓRIO O ENVIO DESSA PLANILHA DEVIDAMENTE PREENCHIDA

LOTE 01				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
1	ELABORAÇÃO, COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS (PPRA) , nos termos da Norma Regulamentadora nº 09, NR aprovada pela Portaria do MTB (Ministério do Trabalho) nº 3.214, de 08/06/78 e Redação dada pela Portaria da SST nº 25 de 29-12-1994 e suas alterações;	1	R\$	R\$
2	REALIZAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE DE TODOS OS COLABORADORES EM ATIVIDADE E DOS COLABORADORES QUE FOREM ADMITIDOS DURANTE A VIGÊNCIA DESTE CONTRATO , nos termos da Norma Regulamentadora nº 15,16, NR aprovada pela Portaria do MTB (Ministério do Trabalho) nº 3.214, de 08/06/78 e suas alterações;	1	R\$	R\$
3	VISITA IN LOCO COM ACOMPANHAMENTO DO RESPONSÁVEL PELO SETOR DE SEGURANÇA DO TRABALHO E UM INTEGRANTE DA GERÊNCIA JURÍDICA DA EMDUR PARA ACOMPANHAMENTO COM EMISSÃO DE RELATÓRIO TÉCNICO DE VISTORIA DAS CONDIÇÕES E MELHORIAS A SEREM FEITAS NO AMBIENTE DE TRABALHO, BEM COMO ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES CONTIDAS NO CRONOGRAMA DOS PROGRAMAS DE SEGURANÇA; A visita será solicitada quando houver necessidade; Após solicitação, a mesma deverá ser pré-agendada e acompanhada por empregados desta EMDUR.	* 12	R\$	R\$
4	ELABORAÇÃO MENSAL DE CADERNO DE DIÁLOGO DIÁRIO DE SEGURANÇA COM TEMAS REALACIONADO À SAÚDE, EMOCIONAL, MEIO AMBIENTE E BOAS PRÁTICAS PARA CONSCIENTIZAR TRABALHADORES PARA PREVENÇÃO DE ACIDENTES E EXERCER SUAS FUNÇÕES DE MANEIRA SEGURA PARA TODOS. CONTER 01 DINÂMICA DE FÁCIL ENTENDIMENTO E APLICAÇÃO; O caderno deverá ser elaborado e entregue na semana que antecede o mês, contendo a quantidade de tema de acordo com os dias úteis do calendário e espaço/folha destinado à assinatura dos participantes a cada assunto abordado.	* 12	R\$	R\$



O quantitativo sinalizado por * é de valor/referência estimativa, não ficando a EMDUR obrigada a requisitar tais quantidades, tendo em vista a natureza eventual dos pedidos que surgem conforme a necessidade.

LOTE 02				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
1	ELABORAÇÃO, COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO E SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO), COM UM RELATÓRIO ANUAL DE ENCERRAMENTO DO PERÍODO nos termos da Norma Regulamentadora nº 07, NR aprovada pela Portaria do MTB (Ministério do Trabalho) nº 3.214, de 08/06/78 e Redação dada pela Portaria da SST nº 24 de 29-12-1994 e suas alterações;	1	R\$	R\$
2	REALIZAÇÃO E EMISSÃO DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL (ASO), PREENCHIDOS CORRETAMENTE COM DADOS EXIGIDOS EM NORMA, EM TODOS OS SEUS TIPOS (ADMISSINAL, PERIÓDICO, DE RETORNO AO TRABALHO, MUDANÇA DE FUNÇÃO E DEMISSINAL E OUTROS DE REALIZAÇÃO OBRIGATÓRIA PREVISTOS NO PCMSO), ACOMPANHADO DE AVALIAÇÃO CLÍNICA, ABRANGENDO ANAMNESE OCUPACIONAL E EXAME FÍSICO E MENTAL, INCLUSIVE AVALIAÇÃO MÉDICA PARA ENCAMINHAMENTO À PERÍCIA MÉDICA DO INSS OU JUNTA MÉDICA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO QUANDO NECESSÁRIO , respeitando-se a periodicidade/intervalos do exames de acordo com idades previstas na Norma nos termos da Norma Regulamentadora nº 07, NR aprovada pela Portaria do MTB (Ministério do Trabalho) nº 3.214, de 08/06/78 e Redação dada pela Portaria da SST nº 24 de 29-12-1994 e suas alterações;	* 150	R\$	R\$
3	REALIZAÇÃO DE TODOS OS EXAMES COMPLEMENTARES, INCLUSIVE LABORATORIAIS, CONFORME PRESCRITO NO PCMSO. OBSERVAÇÃO: Para fins de cotação será disponibilizado abaixo lista de possíveis exames, não significando que estarão todos presentes no PCMSO podendo haver inclusive adição e/ou substituições. Informamos ainda que será usado como base a lista de exames mais completa exigidos aos convocados do II CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM EMPREGOS PÚBLICOS. EDITAL Nº 01/2013/EMDUR, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013 bem como PCMSO anteriores entre outros.			
3.1	Hemograma Completo	* 150	R\$	R\$



3.2	Glicemia	* 150	R\$	R\$
3.3	Triglicerídeos	* 150	R\$	R\$
3.4	Colesterol e frações	* 150	R\$	R\$
3.5	AST (TGO)	* 150	R\$	R\$
3.6	ALT (TGP)	* 150	R\$	R\$
3.7	Creatinina	* 150	R\$	R\$
3.8	Audiometria	* 150	R\$	R\$
3.9	Acuidade Visual	* 150	R\$	R\$
3.10	Avaliação Oftalmológica	* 150	R\$	R\$
3.11	Avaliação Psicológica	* 150	R\$	R\$
3.12	Eletrocardiograma	* 150	R\$	R\$
3.13	Eletroencefalograma	* 150	R\$	R\$
3.14	Espirometria	* 150	R\$	R\$
3.15	Raio X do tórax	* 150	R\$	R\$
3.16	Raio X de coluna total com Laudo	* 150	R\$	R\$
3.17	Ultrassom de Ombros	* 150	R\$	R\$
3.18	Ultrassom de Cotovelos	* 150	R\$	R\$
3.19	Ultrassom de Punhos	* 150	R\$	R\$
3.20	Ultrassom de Joelhos	* 150	R\$	R\$
4	<p>REALIZAR EVENTOS RELATIVOS A CAMPANHAS INSTITUCIONAIS DE PREVENÇÃO, COM FINALIDADE EDUCATIVA TAIS COMO: TABAGISMO, OBESIDADE, ALCOOLISMO, HIPERTENSÃO, DIABETES, DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS, CÂNCER DE PRÓSTATA E CÂNCER DE MAMA, SAÚDE MENTAL E OUTROS CONFORME A CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO A SURTOS E/OU EPIDEMIAS E NECESSIDADE DA CIPA/EMDUR.</p> <p>Quando solicitado, o evento deverá ocorrer no prédio administrativo da EMDUR, com duração de 20 a 30 minutos, onde o profissional poderá promover palestra educativa, distribuir panfletos, realizar dinâmica entre outros conforme aprovação prévia do solicitante.</p>			* 12

O quantitativo sinalizado por * é de valor/referência estimativa, não ficando a EMDUR obrigada a requisitar tais quantidades, tendo em vista a natureza eventual dos pedidos que surgem conforme a necessidade.



LOTE 03				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	REALIZAÇÃO DE LAUDO ERGONÔMICO COM ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS DE MELHORIAS DE CONFORTO NO EXERCÍCIO DO TRABALHO, EM TODAS AS ATIVIDADES DA EMDUR PRODUZIDO POR PROFISSIONAL LEGAL E HABILITADO , nos termos da Norma Regulamentadora nº 17, NR aprovada pela Portaria do MTB (Ministério do Trabalho) nº 3.214, de 08/06/78 e Redação dada pela Portaria da MTPS nº 3.751 de 23-11-1990 e Artigo 19 § 1º da Lei nº 8.213 de 24-06-1991;	1	R\$	R\$
	REALIZAÇÃO DE GINÁSTICA LABORAL, COM ORIENTAÇÃO E ADOÇÃO DE MEDIDAS CORRETIVAS DE PROTEÇÃO A SAÚDE DO TRABALHADOR, A SEREM REALIZADAS EM DOIS DIAS DA SEMANA, EM AMBIENTE ADMINISTRATIVO E PÁTIO (OPERACIONAL), PREFERENCIALMENTE ANTES DO INÍCIO DAS ATIVIDADES LABORAIS, CONDUZIDA POR PROFISSIONAL LEGAL E HABILITADO , nos termos da Norma Regulamentadora nº 17, NR aprovada pela Portaria do MTB (Ministério do Trabalho) nº 3.214, de 08/06/78 e Redação dada pela Portaria da MTPS nº 3.751 de 23-11-1990 e Artigo 19 § 1º da Lei nº 8.213 de 24-06-1991; O profissional da CONTRATADA, terá carga horária de 2h semanais. Deverá fazer uso de identificação da CONTRATADA sempre que estiver nas dependências do CONTRATANTE. A ginástica laboral deve ser realizada em sessões de 10 minutos, com grupo de 15 a 25 pessoas por sessão até o limite de 1h. Não alcançando o limite estabelecido o profissional atenderá as necessidades dos colaboradores presentes, realizando atendimento individualizado, a fim de cumprir carga horaria estipulada. O profissional deverá realizar o controle de colaboradores através de lista de presença a cada sessão aplicada.	* 96h/aula	R\$	R\$

O quantitativo sinalizado por * é de valor/referência estimativa, não ficando a EMDUR obrigada a requisitar tais quantidades, tendo em vista a natureza eventual dos pedidos que surgem conforme a necessidade.



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1 IDENTIFICAÇÃO:

Unidade Orçamentária: Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR.

Departamento: Gerência de Gestão de Pessoal – GERPES.

2 OBJETO

2.1 O objeto deste termo de referência é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO**, com especializações e conhecimentos conforme lotes e itens abaixo:

LOTE 01		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD
1	ELABORAÇÃO, COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS (PPRA) , nos termos da Norma Regulamentadora nº 09, NR aprovada pela Portaria do MTB (Ministério do Trabalho) nº 3.214, de 08/06/78 e Redação dada pela Portaria da SST nº 25 de 29-12-1994 e suas alterações;	1
2	REALIZAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE DE TODOS OS COLABORADORES EM ATIVIDADE E DOS COLABORADORES QUE FOREM ADMITIDOS DURANTE A VIGÊNCIA DESTE CONTRATO , nos termos da Norma Regulamentadora nº 15,16, NR aprovada pela Portaria do MTB (Ministério do Trabalho) nº 3.214, de 08/06/78 e suas alterações;	1



3	<p>VISITA IN LOCO COM ACOMPANHAMENTO DO RESPONSÁVEL PELO SETOR DE SEGURANÇA DO TRABALHO E UM INTEGRANTE DA GERÊNCIA JURÍDICA DA EMDUR PARA ACOMPANHAMENTO COM EMISSÃO DE RELATÓRIO TÉCNICO DE VISTORIA DAS CONDIÇÕES E MELHORIAS A SEREM FEITAS NO AMBIENTE DE TRABALHO, BEM COMO ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES CONTIDAS NO CRONOGRAMA DOS PROGRAMAS DE SEGURANÇA;</p> <p>A visita será solicitada quando houver necessidade; Após solicitação, a mesma deverá ser pré-agendada e acompanhada por empregados desta EMDUR.</p>	* 12
4	<p>ELABORAÇÃO MENSAL DE CADERNO DE DIÁLOGO DIARIO DE SEGURANÇA COM TEMAS REALACIONADO À SAÚDE, EMOCIONAL, MEIO AMBIENTE E BOAS PRÁTICAS PARA CONSCIENTIZAR TRABALHADORES PARA PREVENÇÃO DE ACIDENTES E EXERCER SUAS FUNÇÕES DE MANEIRA SEGURA PARA TODOS. CONTER 01 DINAMICA DE FACIL ENTENDIMENTO E APLICAÇÃO;</p> <p>O caderno deverá ser elaborado e entregue na semana que antecede o mês, contendo a quantidade de tema de acordo com os dias úteis do calendário e espaço/folha destinado à assinatura dos participantes a cada assunto abordado.</p>	* 12
<p>O quantitativo sinalizado por * é de valor/referência estimativa, não ficando a EMDUR obrigada a requisitar tais quantidades, tendo em vista a natureza eventual dos pedidos que surgem conforme a necessidade.</p>		

LOTE 02		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD
1	<p>ELABORAÇÃO, COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO E SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO), COM UM RELATÓRIO ANUAL DE ENCERRAMENTO DO PERÍODO nos termos da Norma Regulamentadora nº 07, NR aprovada pela Portaria do MTB (Ministério do Trabalho) nº 3.214, de 08/06/78 e Redação dada pela Portaria da SST nº 24 de 29-12-1994 e suas alterações;</p>	1



2	<p>REALIZAÇÃO E EMISSÃO DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL (ASO), PREENCHIDOS CORRETAMENTE COM DADOS EXIGIDOS EM NORMA, EM TODOS OS SEUS TIPOS (ADMISSINAL, PERIÓDICO, DE RETORNO AO TRABALHO, MUDANÇA DE FUNÇÃO E DEMISSINAL E OUTROS DE REALIZAÇÃO OBRIGATÓRIA PREVISTOS NO PCMSO), ACOMPANHADO DE AVALIAÇÃO CLÍNICA, ABRANGENDO ANAMNESE OCUPACIONAL E EXAME FÍSICO E MENTAL, INCLUSIVE AVALIAÇÃO MÉDICA PARA ENCAMINHAMENTO À PERÍCIA MÉDICA DO INSS OU JUNTA MÉDICA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO QUANDO NECESSÁRIO, respeitando-se a periodicidade/intervalos do exames de acordo com idades previstas na Norma nos termos da Norma Regulamentadora nº 07, NR aprovada pela Portaria do MTB (Ministério do Trabalho) nº 3.214, de 08/06/78 e Redação dada pela Portaria da SST nº 24 de 29-12-1994 e suas alterações;</p>	* 150
3	<p>REALIZAÇÃO DE TODOS OS EXAMES COMPLEMENTARES, INCLUSIVE LABORATORIAIS, CONFORME PRESCRITO NO PCMSO. OBSERVAÇÃO: Para fins de cotação será disponibilizado abaixo lista de possíveis exames, não significando que estarão todos presentes no PCMSO podendo haver inclusive adição e/ou substituições. Informamos ainda que será usado como base a lista de exames mais completa exigidos aos convocados do II CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM EMPREGOS PÚBLICOS. EDITAL N° 01/2013/EMDUR, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013 bem como PCMSO anteriores entre outros.</p>	
3.1	Hemograma Completo	* 150
3.2	Glicemia	* 150
3.3	Triglicerídeos	* 150
3.4	Colesterol e frações	* 150
3.5	AST (TGO)	* 150
3.6	ALT (TGP)	* 150
3.7	Creatinina	* 150
3.8	Audiometria	* 150
3.9	Acuidade Visual	* 150
3.10	Avaliação Oftalmológica	* 150
3.11	Avaliação Psicológica	* 150
3.12	Eletrocardiograma	* 150
3.13	Eletroencefalograma	* 150



3.14	Espirometria	* 150
3.15	Raio X do tórax	* 150
3.16	Raio X de coluna total com Laudo	* 150
3.17	Ultrassom de Ombros	* 150
3.18	Ultrassom de Cotovelos	* 150
3.19	Ultrassom de Punhos	* 150
3.20	Ultrassom de Joelhos	* 150
4	<p>REALIZAR EVENTOS RELATIVOS A CAMPANHAS INSTITUCIONAIS DE PREVENÇÃO, COM FINALIDADE EDUCATIVA TAIS COMO: TABAGISMO, OBESIDADE, ALCOOLISMO, HIPERTENSÃO, DIABETES, DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS, CÂNCER DE PRÓSTATA E CÂNCER DE MAMA, SAÚDE MENTAL E OUTROS CONFORME A CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO A SURTOS E/OU EPIDEMIAS E NECESSIDADE DA CIPA/EMDUR.</p> <p>Quando solicitado, o evento deverá ocorrer no prédio administrativo da EMDUR, com duração de 20 a 30 minutos, onde o profissional poderá promover palestra educativa, distribuir panfletos, realizar dinâmica entre outros conforme aprovação prévia do solicitante.</p>	* 12

O quantitativo sinalizado por * é de valor/referência estimativa, não ficando a EMDUR obrigada a requisitar tais quantidades, tendo em vista a natureza eventual dos pedidos que surgem conforme a necessidade.

LOTE 03		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD
1	<p>REALIZAÇÃO DE LAUDO ERGONÔMICO COM ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS DE MELHORIAS DE CONFORTO NO EXERCÍCIO DO TRABALHO, EM TODAS AS ATIVIDADES DA EMDUR PRODUZIDO POR PROFISSIONAL LEGAL E HABILITADO, nos termos da Norma Regulamentadora nº 17, NR aprovada pela Portaria do MTB (Ministério do Trabalho) nº 3.214, de 08/06/78 e Redação dada pela Portaria da MTPS nº 3.751 de 23-11-1990 e Artigo 19 § 1º da Lei nº 8.213 de 24-06-1991;</p>	1



<p>2</p>	<p>REALIZAÇÃO DE GINÁSTICA LABORAL, COM ORIENTAÇÃO E ADOÇÃO DE MEDIDAS CORRETIVAS DE PROTEÇÃO A SAÚDE DO TRABALHADOR, A SEREM REALIZADAS EM DOIS DIAS DA SEMANA, EM AMBIENTE ADMINISTRATIVO E PÁTIO (OPERACIONAL), PREFERENCIALMENTE ANTES DO INÍCIO DAS ATIVIDADES LABORAIS, CONDUZIDA POR PROFISSIONAL LEGAL E HABILITADO, nos termos da Norma Regulamentadora nº 17, NR aprovada pela Portaria do MTB (Ministério do Trabalho) nº 3.214, de 08/06/78 e Redação dada pela Portaria da MTPS nº 3.751 de 23-11-1990 e Artigo 19 § 1º da Lei nº 8.213 de 24-06-1991; O profissional da CONTRATADA, terá carga horária de 2h semanais. Deverá fazer uso de identificação da CONTRATADA sempre que estiver nas dependências do CONTRATANTE.</p> <p>A ginástica laboral deve ser realizada em sessões de 10 minutos, com grupo de 15 a 25 pessoas por sessão até o limite de 1h. Não alcançando o limite estabelecido o profissional atenderá as necessidades dos colaboradores presentes, realizando atendimento individualizado, a fim de cumprir carga horaria estipulada. O profissional deverá realizar o controle de colaboradores através de lista de presença a cada sessão</p>	<p>* 96h/aula</p>
<p>O quantitativo sinalizado por * é de valor/referência estimativa, não ficando a EMDUR obrigada a requisitar tais quantidades, tendo em vista a natureza eventual dos pedidos que surgem conforme a necessidade.</p>		

3 DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

A presente contratação será regida sob a Lei Federal n. 13.306/2016, os Princípios da Licitação e o Regimento Interno da EMDUR, após a pesquisa de preços no mercado local, realizada pela comissão de cotação, serão identificados os valores e a existência de recursos suficientes para cobrir as despesas decorrentes da contratação dos serviços. E com base nos requisitos mencionados, verificaremos a modalidade para contratação.

4 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas da contratação correrão com base na seguinte programação, prevista no orçamento da EMDUR, ano de 2021:

Fonte: 1010

PA: 02.41.15.122.007.2.303 – Apoio a logística dos serviços básicos.

Elemento de Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.



5 JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação ora proposta justifica-se pelos seguintes motivos:

- Obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores regidos pela CLT, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, com a realização de Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, incluindo os exames complementares necessários, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, do Laudo Ergonômico, realização de Ginástica Laboral e Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade;
- Necessidade de manter a continuidade dos serviços;
- Cumprir as determinações contidas nas Normas Regulamentadoras NR07 (PCMSO) e NR09 (PPRA), NR17 (ERGONOMIA) NR15 (INSALUBRIDADE), NR16 (PERICULOSIDADE) ambas do Ministério do Trabalho e Emprego e a Convenção 161 da OIT (Organização Internacional do Trabalho);
- Implantação da prática de ginástica laboral visando contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos servidores e estagiários além de secundariamente, sensibilizar para os benefícios da prática da atividade física e dos hábitos de vida saudáveis e trabalhar na prevenção de incidência de doenças ocupacionais e do absenteísmo;
- Não haver no quadro funcional, profissionais habilitados para a referida prestação dos serviços, bem como, não haver estrutura física adequada para atendimento da aludida demanda nas dependências da empresa;
- O quadro funcional atualmente é de 93 (noventa e três) empregados/servidores públicos, podendo aumentar ou diminuir seu quadro efetivo a qualquer momento. Para critério desta contratação, leva-se em conta a quantidade descrito de empregados/ servidores acrescidos de um índice de mais 61,3% (sessenta e um, três por cento) haja vista a possível rotatividade de colaboradores durante a contratação dos serviços de Medicina e Segurança do Trabalho, **não ficando com isso a EMDUR obrigada a requisitar as**



quantidades estimadas, tendo em vista a natureza eventual dos pedidos que surgem conforme a necessidade.

6 DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS - PPRA

Deverão ser observados os termos da Norma Regulamentadora nº 09, NR aprovada pela Portaria do MTB (Ministério do Trabalho) nº 3.214, de 08/06/78 e Redação dada pela Portaria da SST nº 25 de 29-12-1994 e suas alterações.

6.1.1 O Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA preconizado pela Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego – NR 09 objetiva a preservação da saúde e da integridade dos empregados e ocupantes de cargos comissionados da Empresa de Desenvolvimento Urbano - EMDUR, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

6.1.2 A elaboração do PPRA deverá conter, no mínimo, as seguintes etapas:

- 1ª. Antecipação e reconhecimento dos riscos;
- 2ª. Estabelecimento de prioridades e metas de avaliação e controle;
- 3ª. Avaliação dos riscos e da exposição dos trabalhadores;
- 4ª. Implantação das medidas de controle e avaliação de sua eficácia;
- 5ª. Monitoramento da exposição aos riscos;
- 6ª. Registro e divulgação dos dados;
- 7ª. Atualização do Documento Base - PPRA;
- 8ª. Revisão e atualização do PPRA no máximo, a cada 12 (doze) meses;

6.2 PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL – PCMSO



Deverão ser observadas os termos da Norma Regulamentadora nº 07, NR aprovada pela Portaria do MTB (Ministério do Trabalho) nº 3.214, de 08/06/78 e Redação dada pela Portaria da SST nº 24 de 29-12-1994 e suas alterações.

6.2.1 O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO preconizado pela Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego - NR 07 objetiva a promoção e a preservação da saúde do conjunto dos empregados e ocupantes de cargos comissionados da Empresa de Desenvolvimento Urbano - EMDUR. O PCMSO detecta incidências de patologias entre a população de trabalhadores, fornecendo os elementos para o estudo da correlação entre este adoecimento e as condições de trabalho, os processos das relações de trabalho existentes. Quando detectados indicativos da existência desses problemas, são desenvolvidas estratégias de ação e prevenção. O referido programa tem como finalidades promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho.

6.2.2 O PCMSO deve incluir, entre outros, a realização obrigatória dos seguintes exames médicos:

- a) Admissionais;
- b) Exames periódicos;
- c) Exames demissionais;
- d) De retorno ao trabalho;
- e) De mudança de função;
- f) Avaliação clínica;
- g) Emissão de Atestado de Saúde Ocupacional - ASO;
- h) Avaliação Médica para encaminhamento à Perícia Médica do INSS ou Junta Médica do Município de Porto Velho.

6.2.3 Os exames de que trata o item 5.2.2 compreendem:

- a) Avaliação clínica, abrangendo anamnese ocupacional e exame físico e mental.
- b) Exames complementares realizados de acordo com os termos específicos da NR7 e seus anexos.



6.2.4 Do significado e do rol mínimo de exames a que os empregados e ocupantes de cargos comissionados da EMDUR estarão sujeitos:

- a)** Exame Médico Admissional: deverá ser realizado antes que o trabalhador assumira suas atividades laborais;
- b)** Exame Médico Periódico: de acordo com os seguintes intervalos mínimos de tempo:
 - b1)** a cada ano ou a intervalos menores, a critério médico: para empregados expostos a riscos ou a situações de trabalho que impliquem o desencadeamento ou agravamento de doença ocupacional, ou, ainda, para aqueles que sejam portadores de doenças crônicas, os exames deverão ser repetidos;
 - b2)** a cada ano ou a intervalos menores, a critério médico: para os empregados maiores de 45 (quarenta e cinco) anos de idade;
 - b3)** a cada dois anos ou a intervalos menores, a critério médico: para os empregados entre 18 (dezoito) e 45 (quarenta e cinco) anos de idade.
- c)** Exame Médico Demissional: deverá ser realizado quando o trabalhador for demitido ou exonerado. O exame médico demissional poderá ser concluído apenas com o exame clínico, desde que o último exame médico ocupacional tenha sido realizado em até 135 dias para empresas de grau de risco 1 e 2; 90 dias para as empresas de grau de risco 3 e 4.
- d)** Exame Médico de Retorno ao Trabalho e Exame Médico de Mudança de Função: Entende-se por retorno ao trabalho quando o trabalhador retornar a sua ocupação após afastamento (por acidente, doença ou parto) em período igual ou superior a 30 (trinta) dias. Entende-se por mudança de função toda e qualquer alteração de atividade, posto de trabalho ou de setor que implique na exposição do trabalhador a risco diferente daquele a que estava exposto antes da mudança.

6.2.5 – Rol de exames complementares

- a) Os exames complementares deverão obedecer à forma, quantidade e qualidade citados no PCMSO.**
- b)** De acordo com o item 7.4.2.3 da NR 07 outros exames complementares usados normalmente em patologia clínica para avaliar o funcionamento de órgãos e sistemas orgânicos podem ser realizados, a critério do médico coordenador ou encarregado, ou



por notificação do médico agente da inspeção do trabalho, ou ainda decorrente de negociação coletiva de trabalho.

6.3 LAUDO TÉCNICO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

Deverão ser observados os termos da Norma Regulamentadora nº 15,16, NR aprovada pela Portaria do MTB (Ministério do Trabalho) nº 3.214, de 08/06/78 e suas alterações.

6.3.1 Produção do Laudo Técnico Geral de Insalubridade e Periculosidade com validade de 2 (dois) anos, de todos os colaboradores em atividade na EMDUR;

6.3.2 Produção de Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade dos colaboradores recém-admitidos na EMDUR.

6.3.3 Realização de Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade dos colaboradores que formalizarem processos administrativos solicitando insalubridade e periculosidade.

6.4 PROGRAMA DE ERGONOMIA: PRODUÇÃO DE ANÁLISE E LAUDO ERGONÔMICO

Deverão ser observados os termos da Norma Regulamentadora nº 17, NR aprovada pela Portaria do MTB (Ministério do Trabalho) nº 3.214, de 08/06/78 e Redação dada pela Portaria da MTPS nº 3.751 de 23-11-1990 e Artigo 19 § 1º da Lei nº 8.213 de 24-06-1991 e suas alterações.

6.4.1 Realização de laudo ergonômico com elaboração de propostas de melhorias de conforto no exercício do trabalho, em todas as atividades da EMDUR produzido por profissional legal e habilitado;

6.4.2 Propor ações de prevenção e correção, no ambiente, mobiliário e nos hábitos dos colaboradores, para todos os itens constantes deste Termo;

6.5 REALIZAÇÃO DE GINÁSTICA LABORAL, COM ORIENTAÇÃO E ADOÇÃO DE MEDIDAS CORRETIVAS DE PROTEÇÃO A SAÚDE DO TRABALHADOR, A SEREM REALIZADAS EM DOIS DIAS DA SEMANA, EM AMBIENTE ADMINISTRATIVO E



PÁTIO (OPERACIONAL), PREFERENCIALMENTE ANTES DO INÍCIO DAS ATIVIDADES LABORAIS, CONDUZIDA POR PROFISSIONAL LEGAL E HABILITADO;

Deverão ser observados os termos da Norma Regulamentadora nº 17, NR aprovada pela Portaria do MTB (Ministério do Trabalho) nº 3.214, de 08/06/78 e Redação dada pela Portaria da MTPS nº 3.751 de 23-11-1990 e Artigo 19 § 1º da Lei nº 8.213 de 24-06-1991 e suas alterações;

6.5.1 O profissional da CONTRATADA, terá carga horária de 2h semanais.

6.5.2 Deverá fazer uso de identificação da CONTRATADA sempre que estiver nas dependências do CONTRATANTE.

6.5.3 A ginástica laboral deve ser realizada em sessões de 10 minutos, com grupo de 15 a 25 pessoas por sessão até o limite de 1h. Não alcançando o limite estabelecido, o profissional atenderá as necessidades dos colaboradores presentes, realizando atendimento individualizado, a fim de cumprir carga horaria estipulada.

6.5.4 A CONTRATADA deve fornecer lista de presença ao profissional, e este deve realizar o controle de colaboradores participantes a cada sessão aplicada.

6.6 VISITAS IN LOCO COM ACOMPANHAMENTO DO RESPONSÁVEL PELO SETOR DE SEGURANÇA DO TRABALHO E UM INTEGRANTE DA GERÊNCIA JURÍDICA DA EMDUR PARA ACOMPANHAMENTO COM EMISSÃO DE RELATÓRIO DAS CONDIÇÕES E MELHORIAS A SEREM FEITAS NO AMBIENTE DE TRABALHO, BEM COMO ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES CONTIDAS NO CRONOGRAMA DOS PROGRAMAS DE SEGURANÇA;

6.6.1 A visita será solicitada quando houver necessidade;

6.6.2 Após solicitação, a mesma deverá ser pré-agendada e acompanhada por empregados desta EMDUR.

6.7 ELABORAR MENSALMENTE UM CADERNO DE DIÁLOGO DIÁRIO DE SEGURANÇA COM TEMAS RELACIONADOS À SAÚDE, EMOCIONAL, MEIO AMBIENTE E BOAS PRÁTICAS PARA CONSCIENTIZAR TRABALHADORES PARA PREVENÇÃO DE ACIDENTES E EXERCER SUAS FUNÇÕES DE MANEIRA SEGURA PARA TODOS. DEVERÁ CONTER 01 DINÂMICA DE FÁCIL ENTENDIMENTO E APLICAÇÃO.

6.7.1 O caderno deverá ser elaborado e entregue na semana que antecede o mês;



6.7.2 Deve conter a quantidade de tema de acordo com os dias úteis do calendário;

6.7.3 Conter espaço destinado à assinatura dos participantes a cada assunto abordado.

7 DA ELABORAÇÃO E PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS

7.1 PPRA

7.1.2 A CONTRATADA deverá elaborar o Documento Base e o Relatório de Avaliação dos Resultados do **PPRA**, previsto nestas especificações, de acordo com os normativos previstos na NR-9;

7.1.3 Os serviços relativos ao **PPRA** deverá ser **elaborado e entregue, em até 30 (trinta) dias corridos, após a emissão de Ordem de Serviço**, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, **em arquivo eletrônico**, elaborado em editor de texto, do tipo Microsoft Word e/ou Microsoft Excel e/ou Arquivo PDF e **1 (uma) cópia impressa**, devidamente assinada por Engenheiro de Segurança do Trabalho - engenheiro ou arquiteto portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, em nível de pós-graduação;

7.2 PCMSO

7.2.1 A CONTRATADA deverá elaborar e entregar o **documento PCMSO**, previsto nestas especificações, de acordo com os normativos previstos na NR-7, contendo a descrição completa das atividades desenvolvidas, durante **o período contratual**, com elaboração de quadro comparativo entre as ações de saúde proposta no planejamento anual e as ações efetivamente realizadas no período, além da elaboração do Quadro III, proposto na NR-7;

7.2.2 O documento **PCMSO** deverá ser **concluído e entregue a EMDUR, no máximo, em 30 dias corridos após a emissão de Ordem de Serviço**, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, **em arquivo eletrônico**, elaborado em editor de texto, do tipo Microsoft Word e/ou Microsoft Excel e/ou Arquivo PDF e **1 (uma) cópia impressa**, devidamente assinada por Médico portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Medicina do Trabalho, em nível de pós-graduação, ou portador de certificado de residência médica em área de concentração em saúde do trabalhador ou denominação equivalente, reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica, do Ministério da Educação; O médico deverá estar devidamente registrado e habilitado no Conselho Regional de Medicina (CRM);



7.3 ASO

7.3.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar modelo de guia de encaminhamento para realização do ASO com os espaços destinados ao preenchimento dos dados do colaborador, contendo as informações como endereço do local de atendimento bem como os horários para comparecimento e orientação para realização dos exames necessários;

7.3.2 A CONTRATADA deverá fornecer um organograma que permita o colaborador realizar todos os exames previstos em 01(um) dia;

7.3.3 Deverão ser emitidos no mínimo em 02 vias;

7.3.4 A cópia do ASO, de propriedade da EMDUR tipo admissional ou demissional (APTO/INAPTO) emitidos ao colaborador deverá ser entregue ao próprio colaborador no ato de sua emissão, para que o mesmo devolva a Gerência de Gestão de Pessoal – GERPES para a sua admissão ou demissão imediata ou não;

7.3.5 A cópia do ASO, de propriedade da EMDUR tipo periódico, mudança de função ou de retorno ao trabalho (APTO/INAPTO) deverá ser entregue ao colaborador e uma via a Gerência de Gestão de Pessoal – GERPES, para arquivamento em pastas funcionais de cada colaborador;

7.4 LAUDO ERGONÔMICO

7.4.1 A CONTRATADA deverá produzir o **Laudo Ergonômico** previsto nestas especificações, de acordo com os normativos previstos na NR- 17;

7.4.1 Os serviços relativos ao **Laudo Ergonômico** deverá ser **elaborado e entregue, em até 90 (noventa) dias corridos, após a emissão de Ordem de Serviço**, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, **em arquivo eletrônico**, elaborado em editor de texto, do tipo Microsoft Word e/ou Microsoft Excel e/ou Arquivo PDF e **1 (uma) cópia impressa**, devidamente assinada por profissional habilitado em Fisioterapia com registro no Conselho de Classe CREFITO;

7.5 GINÁSTICA LABORAL

7.5.1 A realização da **Ginástica Laboral** deverá ser realizada em **até 10 (dez) dias úteis, após a emissão de Ordem de Serviço**, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, em dois dias da semana conforme agenda pré-estabelecida entre as partes, com o controle de presença dos colaboradores participantes;



7.5.2 Para realização dos serviços de ginástica laboral, deverá ser ministrado por profissionais habilitados em Educação Física com registro no Conselho Federal de Educação Física – CONFEF, ou profissionais habilitados em Fisioterapia com registro no Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO

7.6 LTCAT

7.6.1 A CONTRATADA deverá produzir o **Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade**, de acordo com as normativas previstas nas NR's- 15 e 16.

7.6.2 O serviço relativo à produção do **Laudo Técnico Geral de Insalubridade e Periculosidade, deverá ser elaborado e entregue, em até 90 (noventa) dias corridos, após a emissão de Ordem de Serviço**, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, **em arquivo eletrônico**, elaborado em editor de texto, do tipo Microsoft Word e/ou Microsoft Excel e/ou Arquivo PDF e **1 (uma) cópia impressa**, devidamente assinada por: Engenheiro de Segurança do Trabalho - Engenheiro ou Arquiteto portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, em nível de pós-graduação; ou Médico portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Medicina do Trabalho, em nível de pós-graduação, ou portador de certificado de residência médica em área de concentração em saúde do trabalhador ou denominação equivalente, reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica, do Ministério da Educação, ambos ministrados por universidade ou faculdade que mantenha curso de graduação em Medicina. O médico deverá estar devidamente registrado e habilitado no Conselho Regional de Medicina (CRM);

7.7 No caso de rescisão de contrato de prestação de serviços e/ou o caso de seu encerramento, os registros a que se referem nos itens anteriores deverão ser repassados ao novo Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do trabalho responsável pelo PCMSO, PPRA, LAUDO ERGONÔMICO E LAUDO TÉCNICO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE, a ser indicado pelo CONTRATANTE;

7.8 Os documentos e relatórios acima indicados deverão ser entregues na sede da EMDUR aos cuidados da Gerência de Gestão de Pessoal - GERPES, situado na Avenida Brasília Nº 1576, Bairro Santa Barbara, CEP 76.804-206, Porto Velho-RO;

7.9 Ficarão a cargo da **CONTRATADA** as responsabilidades técnicas pelo PCMSO, dos ASO's e Exames complementares, PPRA, LAUDO ERGONÔMICO E LAUDO TÉCNICO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE, junto aos órgãos fiscalizadores, como por



exemplo: Delegacia Regional do Trabalho, Secretaria de Saúde, INSS, Prefeitura e Ministério Público;

7.10 Todos os custos, despesas, encargos sociais e outros necessários ao cumprimento do objeto, ficarão sob a responsabilidade da CONTRATADA.

8 DO VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO

- O valor do objeto a ser contratado de acordo com o quantitativo estimativo para os serviços será apurado previamente pela Comissão de Cotação de Preços designada por esta EMDUR.
- O orçamento será elaborado nos termos estabelecidos nos Artigos 08, 09 e 10 da Portaria 109/2018/GAB/EMDUR.
- O valor estimado do contrato, a ser celebrado pela EMDUR, terá o caráter sigiloso, conforme estabelece o artigo 34 da Lei nº. 13.303/2016.

9 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

9.1. A Comissão de Cotação de Preços designada por esta EMDUR encaminhará para as empresas consultadas a cópia do presente Termo de Referência, bem como outros documentos que julgar necessários.

9.2. A empresa consultada encaminhará sua proposta, que terá validade não inferior a 90 (noventa) dias, estando ciente de todas as condições previstas no Termo de Referência;

9.3. As propostas rasuradas/alteradas, principalmente quanto ao prazo/validade, não serão consideradas prevalecendo o prazo estabelecido no item anterior sem prejuízo de aplicação de penalidades ao proponente.

10 DA HABILITAÇÃO

Habilitam-se a participar da presente contratação as empresas convidadas, as cadastradas ou interessadas sendo admitida a participação de empresas consorciadas, sendo consideradas habilitadas as apresentações das propostas de preços das empresas que apresentarem a seguinte documentação no prazo previsto em lei.

10.1. Habilitação Jurídica:



Ato Constitutivo;

- a. No caso de empresário individual: inscrição no **Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;
 - b. **Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social** - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
 - c. Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
 - d. **Decreto de autorização**, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
 - e. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;
 - f. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
- 10.1.1.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a. Comprovante do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ (MF), da sede da licitante;
- b. Comprovante de certidão de regularidade de Situação (**CRS**) do **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, da sede da licitante;
- c. Comprovante de certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, relativa à inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho da sede da licitante;
- d. Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

- e. Comprovante de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;
- f. Comprovante de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

10.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- a. **Certidão negativa de falência ou recuperação judicial**, expedida pelo distribuidor da sede do licitante dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou na omissão desta, expedida a **menos de 90 (noventa) dias** contados da data da sua emissão;
- b. **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

10.4. Qualificação Técnica:

- a. Um ou mais **atestado (s) de Capacidade Técnica** da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação, observando-se que tal(is) atestado(s) não seja(m) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações: Nome, CNPJ e endereço completo do emitente; Descrição do produto fornecido ou serviço prestado; Nome da empresa que prestou(aram) o(s) serviço(s); Data de emissão; Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

Os atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado deverão, obrigatoriamente, estar em papel timbrado com identificação e endereço da emitente, o nome completo do signatário, bem como reconhecimento em cartório da assinatura aposta.



11 DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E ENTREGA DOS DOCUMENTOS

11.1 Os documentos solicitados deverão ser entregues na sede da EMDUR, situada na Avenida Brasília, nº 1576, Santa Bárbara, CEP: 76.804-486, no horário de 08 às 14 horas de segunda a sexta-feira, nos prazos estabelecidos no item 7 e seus subitens, a partir da data da ordem de serviço emitida pela contratante.

11.2 Havendo necessidade de extensão do prazo, deverá ser realizado pedido de prorrogação de prazo feito pela empresa fornecedora, sujeito ao aceite do Diretor Presidente da EMDUR.

11.3 É dever do fornecedor comunicar à EMDUR, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, o dia e horário da entrega, bem como os dados do entregador;

11.4 O transporte dos documentos é responsabilidade exclusiva do fornecedor, não podendo tal serviço causar transtorno ou prejuízo à EMDUR;

11.5 A nota fiscal do serviço e documentos, a ser entregue deverá estar preenchida com os dados da EMDUR, principalmente com seu CNPJ. Se a nota estiver em nome de terceiros, haverá a recusa do recebimento do documento. Havendo qualquer erro na Nota Fiscal, será realizada a devolução a contratada para as correções necessárias;

11.6 É vedado qualquer recebimento de documentos dos programas de medicina e segurança do trabalho previstos neste termo de referência, sem a devida Nota Fiscal, devendo o (s) fiscal (fiscais), neste caso, recusar o recebimento do material a ser entregue;

11.7 O (s) fiscal (fiscais) recusará o recebimento dos documentos se detectar que o mesmo está em desacordo com as especificações previstas no termo de referência.

11.8 Os serviços referentes ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO deverão ser prestados na sede da CONTRATADA.

11.8.1 A sede da CONTRATADA deverá estar estruturada para atendimento do PCMSO conforme dispõe a legislação em vigor.

11.8.2 O local para atendimento dos empregados e comissionados da EMDUR deverá estar localizado em Porto Velho - RO. Não será aceito local de atendimento situado fora do município, tendo em vista a necessidade de deslocamento dos empregados para o local próximo a sede da Empresa de Desenvolvimento Urbano - EMDUR, situado na Avenida Brasília, Nº 1576, Bairro Santa Bárbara, Porto Velho – RO.



11.8.3 A CONTRATADA deverá designar um profissional para coordenar o PCMSO. O referido profissional deverá, conforme alínea “b” do item 4.4.1 da Norma Regulamentadora NR 4, do Ministério do Trabalho e Emprego, ser Médico portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Medicina do Trabalho, em nível de pós-graduação, ou portador de certificado de residência médica em área de concentração em saúde do trabalhador ou denominação equivalente, reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica, do Ministério da Educação, ambos ministrados por universidade ou faculdade que mantenha curso de graduação em Medicina. O médico deverá estar devidamente registrado e habilitado no Conselho Regional de Medicina (CRM).

11.9 Os serviços referentes ao Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, LAUDO TÉCNICO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE e os PROGRAMAS COMPLEMENTARES deverão ser prestados pela CONTRATADA na sede da EMDUR, em local adequado a cada tipo de execução das Atividades Fins.

11.9.1 Para a realização dos serviços de PPRA e LAUDO TÉCNICO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE a CONTRATADA deverá designar profissional habilitado para ser responsável pelo mesmo. O referido profissional deverá, conforme alínea “a” do item da Norma Regulamentadora NR 4, do Ministério do Trabalho e Emprego, ser Engenheiro de Segurança do Trabalho - Engenheiro ou Arquiteto portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, em nível de pós-graduação. O Engenheiro e/ou Arquiteto deverá estar devidamente registrado e habilitado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA);

11.10 Para a realização dos serviços de produção do Laudo Ergonômico, o mesmo deverá ser realizado por profissional habilitado em Fisioterapia com registro no Conselho de Classe CREFITO e prestados pela CONTRATADA na sede da EMDUR, em local adequado a cada tipo de execução das Atividades Fins.

11.11 Para realização dos serviços de ginástica laboral, deverá ser ministrado na sede da EMDUR por profissionais habilitados em Educação Física com registro no Conselho Federal de Educação Física – CONFEF, ou profissionais habilitados em Fisioterapia com registro no Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO.

12 DO PAGAMENTO



12.1 O faturamento será constituído de valor apurado pelo fornecedor, com base única e exclusivamente nos serviços executados e documentos entregues, devidamente atestados, conforme Notas de Empenho emitidas, incluindo todos os custos diretos e indiretos pertinentes, mediante a apresentação de ÚNICA Nota Fiscal Eletrônica pela contratada, em 02 (duas) vias (ou outra, com descrição detalhada de todos os itens faturados, desde que atenda a legislação tributária vigente), devendo conter no corpo da nota fiscal, a descrição do objeto, o número do contrato ou Nota de Empenho, e os dados bancários da Fornecedora a ser Contratada (nº banco, nº agência e nº da conta corrente, somente no caso destes não corresponderem ao informado na licitação e contrato) para aceite, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao Termo de Recebimento.

12.2. A Administração procederá ao recebimento e conferência dos serviços executados e documentos entregues, conforme competências definidas neste Termo de Referência, consoante aos valores e itens mencionados no documento fiscal apresentado pela Fornecedora a ser Contratada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias **ÚTEIS** contados a partir do recebimento dos respectivos documentos, procedendo ao ateste de conformidade pela Administração.

12.3. Após análise do Controle Interno, com as devidas regularizações, se necessárias, será realizada a liquidação e processamento da despesa correspondente ao valor efetivamente apurado e conferido pela comissão de recebimento do Contrato, deduzindo as glosas e sanções aplicadas que porventura tenham sido verificadas;

12.4. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

12.5. O pagamento da Nota Fiscal correspondente ao valor definitivo processado pela EMDUR, mediante emissão de Ordem Bancária, obedecendo à ordem cronológica estabelecida, ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela (verificação de conformidade da documentação).

12.6. Nenhum pagamento incontroverso será efetuado, enquanto pendente de liquidação, de qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajuste de preços ou correção monetária.

12.7. Na hipótese de as notas fiscais apresentadas conterem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a EMDUR poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da Fornecedora a ser Contratada



de reapresentar, para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas. Neste caso restabelecem-se os prazos acima elencados contado a partir do recebimento, para efetuar uma análise e o pagamento, conforme a fase processual correspondente.

12.8. A EMDUR não pagará, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

12.9. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Fornecedora a ser Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

12.10. A EMDUR efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à Fornecedora a ser Contratada, conforme o caso e exigências legais aplicáveis.

12.11. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/10)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.



12.12. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos deverão ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

12.13. A Fornecedora a ser Contratada não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos materiais, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da EMDUR.

12.14. O prazo para pagamento da Nota Fiscal só será contado da data de sua validação, considerando o trâmite administrativo.

12.13. A EMDUR não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Fornecedora a ser Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

12.16. Diante da conferência, a Nota Fiscal deverá ser atestada por fiscal do contrato ou ainda por Comissão designada pela EMDUR.

12.17. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da respectiva ordem bancária.

12.18. O órgão requerente efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à Fornecedora a ser Contratada previstos na legislação.

12.19. Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

12.20. Eventuais multas impostas à Fornecedora a ser Contratada, em decorrência de inadimplência contratual, poderão ser descontadas do pagamento devido desde que assegurada a ampla defesa e o contraditório;

12.21. A EMDUR reserva seu direito em recusar o pagamento se no ato de atestação os bens fornecidos não estiverem em perfeitas condições de utilização ou em desacordo com as especificações técnicas requeridas, apresentadas e aceitas.

12.22. Eventuais multas impostas à Fornecedora a ser Contratada poderão ser descontadas do pagamento devido desde que concluído o procedimento para aplicação de tal sanção.

12.23. Antes de cada pagamento será realizada verificação quanto aos documentos de habilitação da Fornecedora a ser Contratada, e, caso o resultado seja desfavorável, será



concedido prazo de cinco dias úteis a Fornecedora a ser Contratada, prorrogável por igual período a critério da EMDUR, para regularização do feito ou apresentação de defesa:

- a) Não havendo regularização, ou sendo a defesa considerada improcedente, a EMDUR comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Fornecedora a ser Contratada, bem como quanto a existência de pagamento a ser efetuado pela EMDUR, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para o recebimento de seus créditos.
- b) Persistindo a irregularidade, a EMDUR deverá adotar as providências quanto à rescisão contratual, assegurando à Fornecedora a ser Contratada a ampla defesa e o contraditório;
- c) Havendo a efetiva entrega dos materiais os pagamentos serão realizados normalmente até que decida pela rescisão contratual, caso a Fornecedora a ser Contratada regularize sua irregularidade.

13 DO REAJUSTE:

13.1. Desde já, a Fornecedora a ser Contratada tem ciência que os preços ora contratados poderão sofrer reajustes, depois de transcorrido 01 (um) ano, observado o disposto do inciso VI do art. 149 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMDUR, demais normas e regulamentos atinentes à matéria.

13.2. As regras acerca da repactuação do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.

14 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

14.1. A CONTRATANTE compromete-se a:

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência;
- b. Proporcionar todas as facilidades para a CONTRATADA executar o fornecimento do objeto do presente Termo de Referência, permitindo o acesso dos profissionais da contratada às suas dependências. Esses profissionais ficarão sujeitos a todas as normas internas da CONTRATANTE, principalmente as de segurança, inclusive àquelas



referentes à identificação, trajés, trânsito e permanência em suas dependências;

c. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do presente Termo de Referência, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, certificando sua compatibilidade com a finalidade pública e especificações, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

d. Comunicar prontamente à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada na execução do objeto, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no presente Termo de Referência;

f. Fornecer à contratada todo tipo de informação interna essencial à realização dos fornecimentos;

g. Conferir toda a documentação técnica gerada e apresentada durante a execução do objeto, efetuando o seu atesto quando a mesma estiver em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos;

h. Efetuar o pagamento à contratada, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência, desde que em conformidade com o exigido;

i. Aplicar as sanções que couberem as inadimplências do Contratado, depois de garantir a ampla defesa e o contraditório;

j. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da empresa contratada.

14.2. A CONTRATADA compromete-se a:

a. Assinar/retirar o Instrumento Contratual ou documento equivalente no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da convocação formal;

b. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência;

c. Executar fielmente este Termo de Referência, em conformidade com as cláusulas acordadas e normas estabelecidas na Lei 13.303/2016 e demais regras do Direito Privado, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento da CONTRATANTE;

d. Responsabilizar-se pelo fornecimento dos serviços objeto deste Termo de Referência, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à CONTRATANTE;



- e.** Responsabilizar-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à empresa pública ou sociedade de economia mista, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato conforme Art. 76 da Lei 13.303/2016.
- f.** Executar os serviços dentro do prazo exigido neste Termo de Referência;
- g.** Dar garantia mínima, conforme disposto neste Termo de Referência;
- h.** Entregar os serviços/produtos compatíveis com o mercado e a legislação vigente sob a responsabilidade da CONTRATADA e sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, sendo recusados os serviços/produtos entregues em desconformidade com esta previsão;
- i.** Manter sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos provenientes da execução este Termo de Referência e também às demais informações internas da CONTRATANTE, a que a contratada tiver conhecimento;
- j.** Indenizar a CONTRATANTE por todo e qualquer prejuízo material ou pessoal que possa advir direta ou indiretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes do exercício de sua atividade;
- k.** Deverão ser consideradas juntamente com o que estipula este documento, todas as normas publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, compreendendo: normas de fornecimento de materiais, especificações, métodos de ensaio, terminologias, padronização e simbologias;
- l.** O objeto deve ser fornecido, rigorosamente, de acordo com estas especificações técnicas e com os documentos nelas referidos, as Normas Técnicas vigentes e as especificações de materiais descritos neste Termo de Referência, além das NR's aprovada pela Portaria do MTB (Ministério do Trabalho) pertinentes;
- m.** A empresa contratada deverá apresentar a ART – Anotação de Regularidade Técnica individual referente ao Conselho do Profissional responsável pelo desenvolvimento dos serviços apresentados;
- n.** Substituir imediatamente, às suas expensas, total ou parcialmente, o objeto licitado, caso se verifiquem inconformidades, vícios, adulterações ou incorreções;
- o.** Reembolsar os cofres públicos caso não seja possível à substituição do serviço atestado em desacordo com aqueles especificados neste Termo de Referência;
- p.** Responder em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da



- execução do objeto desse Termo de Referência;
- q.** Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de entrega especificados;
 - r.** Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços prestados, devendo garantir a qualidade dos materiais e mão-de-obra empregados na execução dos mesmos;
 - s.** Manter durante a execução do objeto desse Termo de Referência, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
 - t.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às Leis trabalhistas, Previdência Social e de Segurança do Trabalho, em relação a seus empregados;
 - u.** A CONTRATADA deverá acatar as decisões, instruções e observações que emanarem da CONTRATANTE, corrigindo o fornecimento, sem ônus para o CONTRATANTE.
 - w.** Possibilitar à EMDUR, em qualquer etapa, o acompanhamento completo da execução do objeto, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação da Contratante;
 - x.** Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de caráter urgente, prestando os esclarecimentos julgados necessários, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pela EMDUR;
 - y.** Atender prontamente quaisquer exigências do representante da EMDUR, inerentes o objeto desse Termo de Referência;
 - z.** A empresa prestadora de serviços deverá ter a frente um pressuposto; e todas as despesas relativas à prestação dos serviços, correrão por conta da empresa fornecedora sem encargos para EMDUR.

15 DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1. O acompanhamento e fiscalização será exercida por um servidor ou mais servidores especialmente designados, na forma na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR, que acompanharão e fiscalizarão os serviços/produtos entregues pelo fornecedor contratado, podendo solicitar esclarecimentos e determinar o que for necessário à regularização das faltas ou irregularidades observadas;

15.2 O Diretor Presidente da EMDUR indicará pessoa com conhecimento técnico específico para fiscalização do objeto a ser contratado, oficializado em portaria específica.



13.3 Além das atribuições decorrentes de Leis e Normas infralegais, são atribuições da Fiscalização e Gestão do Contrato:

- a. Notificação à contratada, por meio de seus prepostos para as providências exigidas conforme o caso;
- b. Solicitação das informações que achar pertinente, quando necessárias;
- c. Exigir o cumprimento fiel das obrigações pactuadas em contrato;
- d. Registro de ocorrências qualquer deficiência verificada ao longo do período de vigência em relatório específico a esse fim;

16 DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

16.1. A instrumentalização da contratação será formalizada mediante um Contrato Administrativo estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, garantias, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com a Lei 13.303/2016, com o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR. e demais regras de Direito Privado, disposições contidas nos instrumentos que normatizarão a licitação, se for o caso, bem como as especificações contidas neste Termo de Referência;

16.2 A assinatura do contrato está condicionada à verificação da regularidade da habilitação do licitante vencedor, consulta aos cadastros competentes e documentação comprobatória de regularidade fiscal, trabalhista e previdência;

17 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do previstos no Termo de Referência, no Edital, quando for o caso, e no Contrato serão aplicadas as penalidades previstas no Art. 7º da Lei 10.520/2002, na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR, e também aplicar-se-ão as seguintes sanções administrativas, garantida sempre a ampla defesa e o contraditório.



17.2. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas na licitação, execução imperfeita, inadimplemento contratual, não veracidade das informações ou mora de execução, erros ou atraso a entrega dos materiais e quaisquer outras irregularidades, a EMDUR poderá, a seu critério, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

I. **Advertência escrita** – a comunicação formal ao contratado, advertindo-lhe sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na entrega dos materiais, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando que, em caso de reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

II. **Multa**, na forma prevista no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR, em especial nos arts. 169 e seguintes, ou no TERMO DE REFERÊNCIA, da seguinte forma:

II.1. Multa Moratória:

- a. de 0,2% (dois décimos percentuais) sobre o valor anual do contrato, por dia de atraso, na execução do contrato, até o limite de 15 (quinze) dias corridos;
- b. de 0,3% (três décimos percentuais) sobre o valor anual do contrato, por dia de atraso, na execução do contrato, por período superior ao previsto no item anterior, até o limite de 30 (trinta) dias corridos;
- c. esgotados os prazos limites do item anterior poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II.2. Multa Compensatória – Para a fixação do percentual de multa compensatória, no caso de recusa na assinatura do instrumento contratual ou inexecução total do contrato, poderão ser adotados os seguintes parâmetros:

- a. contrato com duração inferior ou igual a 01 (um) ano: 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato;
- b. contrato com duração maior que 01 (um) ano e até 02 (dois) anos: 7,5% (sete e meio por cento) sobre o valor total do contrato;
- c. contrato com duração maior que 02 (dois) anos e até 04 (quatro) anos: 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato;
- d. contrato com duração superior a 04 (quatro) anos: 3% (três por cento) sobre



o valor total do contrato.

II.3. Multa Rescisória – Para fixação do percentual de multa no caso de rescisão unilateral do contrato, poderão ser adotados os seguintes parâmetros:

- a. contrato com duração inferior ou igual a 01 (um) ano: 20% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato;
- b. contrato com duração maior que 01 (um) ano e até 02 (dois) anos: 10% (sete e meio por cento) sobre o valor total do contrato;
- c. contrato com duração maior que 02 (dois) anos e até 04 (quatro) anos: 6,6% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato;
- d. contrato com duração superior a 04 (quatro) anos: 5% (três por cento) sobre o valor total do contrato.

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

17.3. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, o qual prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista aos autos do processo, não o eximindo da obrigação de corrigir as eventuais irregularidades que deram origem à sanção.

17.4. São **exemplos** de infração administrativa penalizáveis, nos termos da legislação:

- a. Inexecução total ou parcial do contrato;
- b. Apresentação de documentação falsa;
- c. Comportamento inidôneo;
- d. Fraude fiscal;
- e. Alteração na validade da proposta;
- f. Recusa no oferecimento dos produtos/serviços contratados;
- g. Mora para retirada da Nota de Empenho
- h. Descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

17.5. Também ficam **sujeitas** às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente da licitação:



- a. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a EMDUR em virtude de atos ilícitos praticados.

17.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à EMDUR, observado os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, penalidades específicas e proporcionais à gravidade dos eventuais descumprimentos contratuais, de acordo com o Acórdão 1453/2009 Plenário – TCU.

17.7. A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de **faltas leves**, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

17.8. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da entrega dos serviços, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

17.9. O valor da multa aplicada será cobrado diretamente à Contratada, nos termos do artigo 82, da Lei nº 13.303/2016.

17.10. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à EMDUR.

17.11. As sanções de advertência e suspensão poderão ser aplicadas juntamente com a multa, conforme dispõe o § 2º do art. 83 da Lei nº 13.303/2016, assegurado o direito de defesa prévia do interessado no prazo de 10 (dez) dias úteis.

17.12. Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de **05 (cinco) dias úteis** da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestado até o julgamento do pleito.

17.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores da CONTRATANTE, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato, e, demais cominações legais aplicáveis.



17.14. Caso a CONTRATADA cometa qualquer das penalidades aqui previstas, assim como aquelas elencadas no REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES DA EMDUR, em especial nos arts. 169 e seguintes, ou no TERMO DE REFERÊNCIA, ficará sujeito à responsabilização civil e criminal.

17.15. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à EMDUR ou a terceiros.

18 DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL:

18.1. O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no Art. 149 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR.

18.2. A rescisão das obrigações do contrato decorrente da presente licitação se processará de acordo com a Lei 13.303/2016 e com o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR.

19 PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

19.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura, nos termos do artigo nº 71 da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016.

19.2. O contrato vigente poderá ser prorrogado por conveniência e oportunidade da EMDUR em acordo com o que preconiza a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016.

20 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. O cancelamento da Nota de Empenho poderá ter lugar, de pleno direito se a empresa a ser contratada não entregar o serviço pactuado no termo de referência, e, caso isto ocorra, poderá ser convocada a segunda empresa colocada no certame licitatório para executar o serviço, em iguais condições do primeiro colocado, e assim sucessivamente por ordem de classificação; ou ainda procedendo a Administração ao cancelamento do certame, caso prejudicada a finalidade pública da contratação quanto ao prazo e evolução mercadológica.



Proc. 02.41.00156/2021
Fls _____
Visto _____

- 20.2.** Ficam vedadas a subcontratação total ou parcial do objeto, pela fornecedora a ser contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado, a fim de não frustrar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, ou seja, aquela que apresente menor preço, e que apresente aptidão para o fornecimento adequado do objeto.
- 20.3.** As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei Federal nº 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR.

Diante do exposto encaminhamos o termo de Referência ao Gabinete da Presidência para conhecimento e Autorização

21 DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

21.1 O presente Termo foi elaborado por Chefe da Seção de Capacitação e Treinamento, lotado na Gerência de Gestão de Pessoal – EMDUR, conforme signatário abaixo.

ANEXO I – QUADRO DE EMPREGADOS/SERVIDORES - EMDUR 2021.

Porto Velho – RO, 05 de outubro de 2021.

Elaborado por:

ÉRICA GLÊICA SILVA DE ASSIZ
Chefe da Seção de Capacitação e Treinamento
Portaria nº 127/2019/GAB/EMDUR

Revisado por:

ALINE CRISTIANE GONÇALVES DE OLIVEIRA
Chefe de Seção de Segurança do Trabalho
Portaria nº 27/2021/GAB/EMDUR

Ciente e de acordo:



PREFEITURA DE PORTO VELHO
EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO – EMDUR
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Proc. 02.41.00156/2021
Fis _____
Visto _____

SAIMON CAVALCANTE DE ARAÚJO
Gerente da Gestão de Pessoal/EMDUR

ELIZABETE MARCHETTO
Diretora Administrativa e Financeira

Aprovo o prosseguimento deste termo:

GUSTAVO BELTRAME
Diretor Presidente/EMDUR



**ANEXO- TERMO DE REFERÊNCIA
EMPREGADOS PÚBLICOS/SERVIDORES - EMDUR 2021**

GABINETE		CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO GRATIFICADA	CARGO EFETIVO	CEDIDO
1	Gustavo Beltrame	Diretor Presidente		
2	Denise Barbosa Fidelis	Chefe de Gabinete		
3	Saulo Giordane Lopes Serra	Secretário da Presidência		
4	Vânia Maria de Souza Bicho	Chefe da Seção de Protocolo		SEMASF
5	Ester Cristiane Pereira Machado Piedade	Chefe da seção de Prestação de Contas		SEMED
6	Jéssica Viana Soares Miranda	Assessora de Comunicação		
7	Jobel Silva de Moraes	Assessor Técnico		
8	Francisco Kleber Sobreira	Assessor Técnico		

GEÊNCIA JURIDICA		CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO GRATIFICADA	CARGO EFETIVOS	CEDIDO
9	Maria Letice Pessoa Freitas	Gerente Jurídica	Analista/Advogada	
10	Rodolfo Jenner de Arújo Moreira	Assessor Jurídico		
11	Juliana Morheb Nunes	Assessora Jurídica		

CPL		CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO GRATIFICADA	CARGOS EFETIVOS	CEDIDO
12	Marcos Aurélio Furukawa	Presidente da Comissão Permanente de Licitação		SEMOB
13	Raiana Neves Carvalho	Chefe de Seção de Relações Institucionais	Técnico Administrativo/ Agente Administrativo	

CONTROLE INTERNO		CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO	CARGOS EFETIVOS	CEDIDO
------------------	--	-----------------------------	-----------------	--------



		GRATIFICADA		
14	Márcio Silva Paes	Gerente de Controle Interno	Analista/Controle interno	
15	Eloi Jesus de Brito	Assessor de Controle Interno		
16	Renata Terezinha S. de Moraes Paschoal	Assessora de Controle Interno		

DIRETORIA TÉCNICA		CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO GRATIFICADA	CARGOS EFETIVOS	CEDIDO
17	José Eduardo Pires Alves	Diretor Técnico		
18	Amanda Moura Nogueira	Secretária da Diretoria Técnica		
19	Adson Jenner de Araujo Moreira	Assessor Especial		

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO GRATIFICADA	CARGO EFETIVO	CEDIDO
20	Elizabete Marchetto	Diretora Administrativa e Financeira		
21	Elisângela da Silva Goldinho	Secretária da Diretoria Administrativa e Financeira		

GERÊNCIA ADMINISTRATIVA		CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO GRATIFICADA	CARGO EFETIVO	CEDIDO
22	Pâmela Mirelli da Silva	Gerente Administrativa		
23	Junior Ivan Silva de Oliveira	Assessor Especial		
24	Miguel Queiroz de Oliveira		Analista/Administrativo	
25	Erdeson Veiga de Almeida	Chefe da Seção de Recebimento de Materiais		SEMAD
26	Poliana Pâmela C. Machado Paiva		Técnico Administrativo/ Agente Administrativo	

SEÇÃO DE COMPRAS		CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO	CARGO EFETIVO	CEDIDO
------------------	--	-----------------------------	---------------	--------



		GRATIFICADA		
27	Wilson Correia da Silva	Chefe da Seção de Compras		SEMASF

SEÇÃO DE CALL CENTER		CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO GRATIFICADA	CARGO EFETIVO	CEDIDO
28	Juliana Miranda Feitoza	Chefe da Seção de Call Center	Auxiliar de serviços Administrativos/Telefonista	
29	Amanda Vicente G. de Oliveira		Auxiliar de serviços Administrativos/Telefonista	

SEÇÃO DE PATRIMÔNIO		CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO GRATIFICADA	CARGO EFETIVO	CEDIDO
30	Antonio Francisco Martins Ferreira	Chefe de seção de Patrimônio	Auxiliar de Operações/Eletricista	
31	Ozanir Silva de Almeida		Técnico Administrativo/Agente Administrativo	

SEÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS		CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO GRATIFICADA	CARGO EFETIVO	CEDIDO
32	Lourimar Alves Brandão Filho	Chefe da Seção de Serviços gerais		SEMAD

GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS		CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO GRATIFICADA	CARGO EFETIVO	CEDIDO
33	Thiago Luiz Martins de Lima	Gerente de Contratos e Convênios		

GERÊNCIA DE T.I.		CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO GRATIFICADA	CARGO EFETIVO	CEDIDO
34	Plínio Jefferson Bentes dos Santos	Gerente de Tecnologia e Informação		



35	Ivan Tavares Oliveira	Chefe da Seção de Suporte e Tecnologia da Informação	Técnico em informática	
36	João Emanuel Sousa Gomes	Chefe da Seção de Transparência e Acesso a Informação	Analista de Informática	

GERÊNCIA FINANCEIRA		CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO GRATIFICADA	CARGO EFETIVO	CEDIDO
37	Catiane Molinette de Melo	Gerente Financeira		
38	Claudiane G. Nascimento Queiroz	Chefe de seção de Tesouraria	Analista/Contadora	
39	Gilson Cleiton Costa Nogueira	Chefe da Seção de Contabilidade	Analista/Contador	
40	Lilian Pereira Araújo		Técnico Administrativo/Agente Administrativo	

GERÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAL		CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO GRATIFICADA	CARGO EFETIVO	CEDIDO
41	Saimon Cavalcante de Araújo	Gerente de Gestão de Pessoal		
42	Ana Maria Machado Aragão	Assessora Técnica		
43	Érica Gleica da Silva Assiz	Chefe da Seção de Treinamento e Capacitação	Técnico Administrativo/Agente Administrativo	
44	João Philipe de Padua Silva	Chefe da Seção de Pessoal	Técnico Administrativo/Agente Administrativo	
45	Manuela Torres Silva		Técnico Administrativo/Agente Administrativo	
46	Aline Cristiane Gonçalves de Oliveira	Chefe da Seção de Segurança do Trabalho		SEMAD
47	Ernandes Amorim Rodrigues	Assessor Especial		

GERÊNCIA DE ALMOXARIFADO		CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO	CARGO EFETIVO	CEDIDO
--------------------------	--	-----------------------------	---------------	--------



		GRATIFICADA		
48	Rafael Gomes Costa	Gerente de Almoxarifado		
49	Eliuson Bento Rocha		Auxiliar de Serviços Gerais	
50	Gabriel Menezes dos S. Leite		Técnico Administrativo/Almoxarife	
51	Bergson Miranda de Oliveira	Assessor Técnico		
52	Ivanete Trombini Ferreira	Chefe da Seção de Acompanhamento e Monitoramentos de Insumos	Auxiliar de Serviços Administrativos/Telefonista	

GERÊNCIA DE TRANSPORTE		CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO GRATIFICADA	CARGO EFETIVO	CEDIDO
53	Luiz Eduardo Bullerjahn Arcos	Gerente de Transportes		
54	Arley Davidson Vargas Lobo	Chefe da Seção de Transporte	Auxiliar de Operações / Eletricista	
55	Cândido Luiz Pereira Rebouças	Chefe da Seção de Transporte de Máquinas Pesadas		SEMAD
56	Homero Gonçalves Neto		Auxiliar de serviços Administrativos/ Motorista	
57	Jobson Barbosa Onofre		Técnico Administrativo/Agente Administrativo	
58	Vinicius Mateus Dantas Oliveira	Assessor Técnico		

GERÊNCIA DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS		CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO GRATIFICADA	CARGO EFETIVO	CEDIDO
59	Paulo Regis Aguiar Moita	Gerente de Manutenção de Espaços Públicos		
60	Naira Silva e Souza da Costa	Chefe de Seção de Manutenção de Parques e Praças	Técnico Administrativo/Agente Administrativo	
61	Maiara Marjore Rocha Peres Marini	Chefe de Seção de Projetos	Desenhista/Cadista	



62	Jairo Justiniano Xavier		Auxiliar de Operações/ Eletricista	
63	Jorge Andrade de Aguiar		Auxiliar de Operações/ Eletricista	
64	Luciano Ramos Lima		Auxiliar de Operações/ Eletricista	
65	Vanessa Ferreira Paiva	Assessora Técnica		

GERÊNCIA DE OBRAS		CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO GRATIFICADA	CARGO EFETIVO	CEDIDO
66	Alisson Carreiro Lemes	Gerente de Obras		
67	Ayel Wellington Muniz de Oliveira	Assessor Técnico		
68	Luiz Carlos de Matos Lima	Assessor Técnico		
69	Jandyra Helena ávila Adorno		Analista/Engenheira Civil	

GERÊNCIA DE PROJETOS E EXPANSÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO GRATIFICADA	CARGO EFETIVO	CEDIDO
70	Daniel Brasil	Gerente de Projetos e Expansão de Iluminação Pública		

SEÇÃO DE PROJETOS E EXPANSÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA		CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO GRATIFICADA	CARGO EFETIVO	CEDIDO
71	Weverton Kelvin Silva Damacena	Chefe de Projetos e Expansão da Iluminação Pública	Auxiliar de Serviços Administrativos/Recepcionista	
72	Manoel Junior de Souza Luz	Assessor Técnico		
73	Lícia Caroline Dorta de Moraes Zimmer	Assessora Técnica		

GERÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO	CARGO EFETIVO	CEDIDO
--------------------------------	--	-----------------------------	---------------	--------



		GRATIFICADA	
74	Gabriela Santos de Castro	Gerente de Iluminação Pública	Analista/ Engenheira Eletricista
75	João Alfredo Alencar da Mata Filho	Chefe de seção de Iluminação de Espaços Públicos	Técnico Especialista/Técnico em Eletrotécnica

SEÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO GRATIFICADA	CARGO EFETIVO	CEDIDO
76	Alef Cally Alecrim Naje Pedraza	Chefe da Seção de Iluminação Pública	Técnico Administrativo/Agente Administrativo	
77	Adolfo Títalo Noletto da Silva		Auxiliar de Operações/Eletricista	
78	Antônio Gomes de Freitas Filho		Auxiliar de Operações/Eletricista	
79	Carlos Eduardo Lima		Auxiliar de Operações/Eletricista	
80	Carlos Flávio Moreira dos Santos		Auxiliar de Operações/Eletricista	
81	Deijian Vieira da Costa		Auxiliar de Operações/Eletricista	
82	Elias Gomes Magalhães		Auxiliar de Operações/Eletricista	
83	Erivelton Rodrigues dos Santos		Auxiliar de Operações/Eletricista	
84	Flancon Cordeiro Passos		Auxiliar de Operações/Eletricista	
85	Frederico Ferreira Lopes		Auxiliar de Operações/Eletricista	
86	Israel Bentes Bezerra		Auxiliar de Operações/Eletricista	
87	Ivan Alves Bonfim		Auxiliar de Operações/Eletricista	



88	Jonas Butzke		Auxiliar de Operações/Eletricista	
89	Marco Daniel Rodrigues Silva		Auxiliar de Operações/Eletricista	
90	Neltembergue Leite Braga		Auxiliar de Operações/Eletricista	
91	Rafael Domingues Dziecheiraz		Auxiliar de Operações/Eletricista	
92	Sebastião Carlos T. de Queiroz		Auxiliar de Operações/Eletricista	
93	Wellinton de Pinho Alves		Auxiliar de Operações/Eletricista	

	Efetivo: Concursado EMDUR	
	Cedido: Concursado de outro órgão, seu cargo/função gratificada na EMDUR é de livre nomeação e exoneração.	
	Comissionado: Não concursado, cargo de livre nomeação e exoneração.	



ANEXO III
DECLARAÇÕES

MODELO 1

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no Edital, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data

ASSINATURA
[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]



MODELO 2

MODELO DA DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVOS CONSTANTES NO REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA EMDUR

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, ter conhecimento da vedação constante no art. 3º do

Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Empresa de Desenvolvimento Urbano - EMDUR, abaixo transcrito, e que não se enquadra em nenhuma de suas hipóteses.

“Art. 3º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra, serviço ou fornecimento à empresa:

cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da EMDUR; esteja cumprindo a pena de suspensão do direito de licitar e contratar aplicada pela EMDUR;

Declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou por Município, ou declarada impedida de licitar e contratar com órgãos e entidades integrantes da Administração Pública do Estado de Rondônia, com base no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea; Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

§ 1º. Aplica-se a vedação prevista no caput:

À contratação do próprio empregado ou dirigente da EMDUR, como pessoa física, bem como à participação dele em processos licitatórios, na condição de licitante;

A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil com: Dirigente da EMDUR Empregado da EMDUR cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação; Autoridade do Estado de Rondônia;

Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a EMDUR há menos de (seis) meses.

§ 2º. É vedada também a participação direta ou indireta nas licitações promovidas pela EMDUR:

De pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o anteprojeto ou o projeto básico da licitação, exceto no caso de contratação integrada;

De pessoa jurídica que participa de consórcio responsável pela elaboração do anteprojeto ou do projeto básico da licitação, exceto no caso de contratação integrada;

De pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto ou projeto básico da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital.”

Por ser expressão da verdade.

Local e data

ASSINATURA
[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]



PREFEITURA DE PORTO VELHO
EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO –
EMDUR
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Proc. 02.41.00156/2021
Fis _____
Visto _____

MODELO 3

(MODELO DE DECLARAÇÃO QUANTO AO CUMPRIMENTO ÀS NORMAS RELATIVAS AO TRABALHO DE MENORES)

Declaramos, em atendimento ao previsto no edital de **Pregão Eletrônico nº. ----/EMDUR/2021**, que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado (s) **menor (es) de 18 (dezoito) anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho menor (es) de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz (es), a partir de 14 (quatorze) anos.

Local e data

ASSINATURA
[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]



PREFEITURA DE PORTO VELHO
EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO –
EMDUR
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Proc. 02.41.00156/2021

Fls _____

Visto _____

MODELO 4

(MODELO DE DECLARAÇÃO QUANTO AO PORTE DA EMPRESA)

Para efeitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e participação na licitação **Pregão Eletrônico nº. ----/EMDUR/2021**, declaramos que a empresa (RAZÃO SOCIAL), CNPJ nº, está enquadrada como:

() **MICROEMPRESA**, e não atendimento às vedações previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/06.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, e não atendimento às vedações previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/06.

Declaro que os presentes dados são verdadeiros e visam a facilitar os trâmites processuais da licitação, no sentido de antecipar informações a respeito do porte da empresa. Asseguro, quando solicitado pela Comissão de Licitação, ou Pregoeiro designado, a comprovação dos dados aqui inseridos, sob pena da aplicação das sanções previstas no Código Penal Brasileiro.

Por ser a presente declaração à manifestação fiel e expressa de minha livre vontade, firmo este documento, para os fins de direito.

Local e data

ASSINATURA
[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]



ANEXO IV –

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº /

Aos ___ dias do mês de ___ do ano de 2021, a **EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR**, inscrita no CNPJ sob nº **04.763.223/0001-61**, com sede à Av. Brasília nº 1.576, Bairro Santa Bárbara, Porto Velho/RO, neste ato representada por seu Diretor Presidente **GUSTAVO BELTRAME**, brasileiro, portador do RG nº. 28352599 - SSP/RO e inscrito no CPF nº. 277.241.918-59, ocupante do cargo de **Diretor Presidente**, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e de outro a empresa: _____ simplesmente denominada

DETENTORA,

firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S)**, decorrente do **P.E. nº 022/2021/EMDUR, Processo Administrativo nº 02.41.00156/2021** no qual foi instaurado o procedimento licitatório do tipo **MINOR PREÇO**, cujo objeto é o **Registro de Preços para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DA EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO – EMDUR**, pelo prazo de **12 (doze) meses**, nos termos das Leis Federais 13.303/2016 e 10.520/2002, Decreto Municipal nº. 15.402/2018, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, observadas as cláusulas e condições que as partes pactuam por este instrumento, conforme abaixo:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DA EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO – EMDUR**, no atendimento das atividades desenvolvidas pela Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR, conforme descrições e preços constantes no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 022/EMDUR/2021**.

2. DA VALIDADE DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá prazo de validade de **12 (doze) meses consecutivos**, a contar da data de sua publicação no Diário do Oficial da Associação dos Municípios de Rondônia Município de Porto Velho (AROM).

2.2. Durante o prazo de vigência desta Ata, a EMDUR não será obrigada a adquirir o(s) produto(s) referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. A Administração poderá, ainda, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidos à(s) empresa(s), neste caso, o contraditório e ampla defesa.

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1 Será Órgão Participante da ata pretendida, a EMDUR, por meio da **Diretoria Administrativa e Financeira**, a qual terá suas atribuições definidas em ata e será responsável pela execução dos serviços.

3.2 O Gerenciamento será procedido por Comissão designada por ato da Diretoria da EMDUR,



cujas atribuições serão:

- a) Gerenciar a Ata, inclusive no que tange a seu quantitativo;
- b) Informar os fornecedores, quando do pedido de Adesão por outros e deferindo o pedido, caso sejam preenchidos os requisitos e observados os quantitativos máximos permitidos nesta Ata;
- c) Expedir Notificações às Detentoras, no âmbito de sua alçada;
- d) Receber, analisar e julgar os pedidos das Detentoras relativos a presente Ata, no âmbito de sua alçada;
- e) Realizar pesquisa de preços no mercado legal, periodicamente com vistas a verificar a manutenção da vantajosidade da Ata de SRP;
- f) Informar ao setor competente quando do termino de quantitativo dos itens para que este providencie as aquisições necessárias por meio de outros procedimentos licitatórios, ou seja, analisada a conveniência de nova implantação de Ata;
- g) Outras atividades correlatas.

3.3 O setor técnico requisitante da EMDUR, enquanto Órgão Participante deverá encaminhar os processos formulados para aquisição, com o Pedido de Fornecimento ou o documento que lhe faça às vezes, para fins de Gerenciamento, à Comissão de SRP designada para o Gerenciamento da Ata, que verificará o saldo de quantitativo em Ata e deferirá o pedido de fornecimento, encaminhando os autos ao setor para fins de emissão de Nota de Empenho.

3.4 Ao Setor responsável pelas requisições (Participante) caberá ainda a entrega das Notas de Empenho respectivas e a verificação e acompanhamento da entrega dos materiais junto ao almoxarifado;

4. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, mediante consulta ao Gerenciador, entendido neste caso como a EMDUR.

4.2 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, mediante consulta formal, pelo telefone **(69) 3229-4879**, ou ainda, pelo e-mail: cpl@emdurpvh.com.br.

4.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, sendo desde já informado que, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro



de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.5 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.6 - Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.7 – No caso de pedido de adesão à ata, o Órgão Gerenciador poderá solicitar ao interessado, antes de adotar as providências de que tratam este item, verificar a possibilidade de adesão, de acordo com a esfera do Órgão interessado, levando-se em consideração as determinações dos Tribunais de Contas e as normas internas da EMDUR (impossibilidade de adesão vertical).

5. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

5.2 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.3 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos I, II III ou III do caput do art. 172 do Regulamento Interno



de Licitações e Contratos da EMDUR, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

5.8 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos “a”, “b” e “d” do **caput** será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) Por razão de interesse público; ou
- b) A pedido do fornecedor.

6. DA INALTERABILIDADE DO OBJETO

6.1 Por ocasião da prestação dos serviços e do recebimentos das peças, é vedado a aceitação de itens com características características diversas daquelas consignadas nesta Ata de Registro de Preços e na proposta da Detentora, bem como, que descaracterize, de qualquer forma o objeto licitado;

7. DA CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO

7.1. Serão fornecedoras do objeto desta licitação, com os respectivos preços registrados na Ata subsequente ao procedimento licitatório, as Empresas cujas propostas forem classificadas em primeiro lugar.

7.2. O fornecedor poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pelo Órgão Gerenciador da Ata do registro de Preços.

7.3. Se a Empresa com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a receber a nota de empenho, a EMDUR convocará a Empresa classificada em segundo lugar, para efetuar a entrega dos produtos e assim por diante, podendo ser registradas tantas Empresas quantas necessárias para que, em função das propostas, seja atingida a quantidade total estimada para o item, aplicando às faltosas as penalidades admitidas em lei e previstas no Edital.

7.4. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de quantidade ou desempenho superior, devidamente, justificado e comprovado a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

7.5. OS SERVIÇOS, desta licitação deverão ser realizados acompanhado de Nota Fiscal e a respectiva Nota de Empenho.

7.6. A licitante Contratada da Ata de Registro de Preços ficará obrigada quando for o caso a atender todas as Notas de Empenho emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, **mesmo se a entrega for prevista para data posterior ao vencimento da mesma.**

7.7. Em cada fornecimento, se a quantidade e/ou qualidade do PRODUTO entregue não corresponder ao exigido no Edital e na Ata de Registro de Preços, a Contratada será chamada para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, fazer a devida substituição, ou completar o total, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital, e/ou rescisão da Ata, a critério da Comissão de Gerenciamento da Ata e da Autoridade Competente.



8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado de acordo com as disposições previstas no **item 15 do Termo de Referência**;

9. DA ELABORAÇÃO E PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS

9.1. Conforme descrito no **item 7 do Termo de Referência**;

10. DAS OBRIGAÇÕES

10.1. As obrigações da CONTRATANTE/CONTRATADA estão previstas nos item **14, do Termo de Referência**;

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Fica a Contratada ciente de que a assinatura desta Ata implica na aceitação de todas as suas cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes;

11.2 A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao disposto no Decreto Municipal nº. 15.402/2018, Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Federal 10.520/2002, Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMDUR, e demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital de Licitação e seus anexos que a precedeu, aplicáveis à contratação e especialmente aos casos omissos;

11.3 Os casos omissos serão submetidos ao Gerenciador, que analisará os documentos protocolados de acordo com as normas citadas nesta Cláusula, podendo valer-se de laudos e estudos técnicos, pareceres jurídicos e outros meios que lhe possibilite melhor análise da questão.

11.4 Havendo necessidade de laudos ou estudos técnicos para fins de comprovação dos fatos alegados pelas Detentoras da Ata, estes correrão por conta da Detentora.

11.5 É parte integrante desta Ata para todos os efeitos legais o Edital de Pregão Eletrônico nº **XX/2021/EMDUR/PVH** e seus anexos e a proposta(s) final(s) decorrente(s) da(s) licitante(s) detentora(s).

11.6 Os preços registrados constam em Anexo desta Ata.

11.7 Fica eleito o foro do Município de Porto Velho para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E, por estarem de acordo, lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

Porto Velho, ____ de _____ 2021.

Diretor Presidente da EMDUR

Diretoria Administrativa e Financeira/

EMDUR

Empresas Detentoras do Preço Registrado
(Futura detentora)